



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO

**A prática de responsabilidade social empresarial como
estratégia no sector minero-energético moçambicano com
foco nas comunidades locais e circunvizinhas.**

Cosme Justino de Jesus

Dissertação apresentada no Instituto Superior de
Gestão, para a obtenção do Grau de Mestre em
Gestão.

Orientador: Prof. Doutor Renato T. de F. B. Pereira
Co-Orientador: Prof. Doutor Álvaro Lopes Dias

Lisboa

2017

RESUMO

O principal objectivo desta dissertação é de analisar a estratégia da prática de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), através das acções desenvolvidas pela Vale Moçambique (VM), que de alguma forma contribui para a melhoria das condições de vida da população das comunidades locais e circunvizinhas onde tem lugar as suas actividades.

O presente estudo metodologicamente é um trabalho de carácter qualitativo e baseou-se num estudo de caso simples na empresa VM, através das entrevistas com os gestores principais responsáveis da empresa, ligadas à matéria, para além da análise documental (pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos científicos, jornais, redes electrónicas bem como diversos documentos da empresa). Da análise dos resultados, chegou-se a conclusão de que as acções desenvolvidas pela VM como resultado da prática da RSE, contribuem para melhorar as condições de vida da população das comunidades locais e circunvizinhas onde têm lugar as suas actividades. Estas acções traduzem-se na minimização de alguns problemas sociais que os apoquentam, assegurando deste modo a melhoria no acesso às necessidades básicas, como educação, saúde, água e saneamento do meio, transportes, energia eléctrica, assistência social e apoio aos meios de subsistência sustentáveis através do investimento na agricultura, pecuária, promoção de Pequenas e Médias Empresas (PME's) e na melhoria da capacitação e qualificação das pessoas, com foco na geração de rendimento quer para consumo bem como para a comercialização, trazendo benefícios reais e tangíveis ao país.

É fundamental a adopção da prática de RSE pelas empresas, uma vez que ao investir-se numa sociedade falida dificilmente a empresa terá retornos, isto é, quando o ambiente ao redor das empresas não é saudável e está repleto de insegurança e injustiça social, o ambiente empresarial também é afectado. A prática de RSE nessa perspectiva, traz benefícios não só para as empresas bem como para toda a sociedade porque através das suas acções são colmatadas algumas deficiências locais e por sua vez as empresas garantem a licença social para operar por meio de uma actuação integrada, ganhando deste modo uma maior confiança, reputação e credibilidade por parte das comunidades e da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Sector minero-energético, estratégia, responsabilidade social empresarial, comunidades locais e circunvizinhas, Moçambique.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the strategy of Corporate Social Responsibility (CSR) practice, through the actions developed by Vale Mozambique (VM), which in some way contribute to the improvement of the living conditions of the population of local communities and surrounding where their activities take place.

The present study methodologically is a qualitative work and was based on a single case study in VM company, through the interviews with managers main responsibility of the company, related to the matter, in addition to document analysis (bibliographic research in books, magazines, scientific articles, newspapers, electronic networks as well as various company documents). From the analysis of the results, it was concluded that the actions developed by the VM as a result of the practice of CSR contribute to improving the living conditions of the population of the local communities and surrounding communities where their activities take place. These actions translate into the minimization of some social problems that undermine them, thus ensuring better access to basic needs such as education, health, water and sanitation, transport, electricity, social assistance and livelihood support sustainable development through investment in agriculture, animal husbandry, promotion of small and medium-sized enterprises (SMEs), and improving people's skills and qualifications, with a focus on income generation for both consumption and marketing, bringing real and tangible benefits to the country .

It is fundamental to adopt the CSR practice by companies, as to invest in a bankrupt society difficulty the company will have returns, that is, when the environment around the companies is unhealthy and repelled by social insecurity and injustice, the business environment is also affected. The practice of CSR in this perspective brings benefits not only to companies but also to society as a whole, because through their actions, some local shortcomings are solved and, in turn, companies guarantee the social license to operate through an integrated action, gaining thereby increasing trust, reputation and credibility on the part of communities and society as a whole.

Keywords: Mining and energy sector, strategy, corporate social responsibility, local and surrounding communities, Mozambique.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Renato Pereira e ao meu co-orientador, Professor Doutor Álvaro Lopes Dias, por terem aceite o desafio de orientar este trabalho, com conselhos, paciência, partilha de conhecimento, dedicação e disponibilidade demonstrada ao longo de toda esta etapa.

Agradeço aos responsáveis da empresa VM por terem participado neste estudo de caso e proporcionado a oportunidade de realizar a investigação nas suas instalações de Maputo, bem como no Projecto Moatize em Tete. Em particular agradecer a área de Desenvolvimento Social, Comunicação e Imagem, Recursos Humanos e Meio Ambiente pela disponibilidade prestada e dispensada na obtenção de informações durante a entrevista e pelo material disponibilizado para a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial a Professora Doutora Gizelda Ana Maria do Carmo Gonçalves, que prestou o seu apoio quando solicitada com tanta paciência, do início ao fim.

Agradeço muito o apoio de toda a minha família, em particular, ao meu irmão Xavier de Jesus Maria e à minha Cunhada Els Bergham, pela paciência e hospitalidade, pois sem o contributo deles nada disto seria possível.

E por fim, os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que não mencionei, mas que de forma directa ou indirecta, contribuíram para que o presente trabalho se tornasse realidade.

DEDICATÓRIA

À minha família e em especial à minha mãe Isabel Margarida Moçambique, que neste momento não está entre nós, mas que sempre esteve presente de uma maneira ou de outra, através de ensinamentos, incentivo, amizade e amor que me inspiram a continuar em família e lutar pelo que acredito.

À todos, dedico este trabalho, com muita humildade, carinho e amor.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACOMA	Amor às Crianças Orfãs de Moçambique
APA	Área de Protecção Ambiental
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BHP	Broken Hill Proprietary
BP	British Petroleum
CDN	Corredor de Desenvolvimento Norte
CLN	Corredor Integrado de Nacala
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
CMD	Central de Materiais Descartáveis
CVRD	Companhia do Vale do Rio Doce
DW	Deutsche Welle
EIU	Economist Intelligence Unit
EN	Estrada Nacional
ENI	Ente Nazionale Idrocarburi
EUA	Estados Unidos de América
FIPAG	Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAPI-SI	Gabinete de Apoio e Consultoria a Pequenas Indústrias-Sociedade de Investimento
GNL	Gás Natural Liquefeito
GPE	Grupos de Poupança e Empréstimos
GRH	Gestão de Recursos Humanos
GRM	Governo da República de Moçambique
HSAT	Higiene, Saúde e Ambiente no Trabalho
HIV	Human Immunodeficiency Vírus
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDF	Índice de Desempenho dos Fornecedores
IF's	Instituições Financeiras
IFC	International Finance Corporation

IMGM	Instituto Médio de Geologia e Minas
INEFP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INGC	Instituto Nacional de Gestão das Calamidades
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
ISUTC	Instituto Superior de Transportes e Comunicações
ISSO	Organização Internacional de Normalização
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
KM	Quilómetros
KPMG	Klynveld Peat Marwick Goerdeler
LP	Lundim Petroleum
MINAG	Ministério da Agricultura
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG's	Organizações Não Governamentais
PFJA	Programa de Formação de Jovens Aprendizizes
PFP	Programa de Formação Profissional
PME's	Pequenas e Médias Empresas
PPMT	Programa de Preparação para o Mercado de Trabalho
RE	Responsabilidade Empresarial
RH	Recursos Humanos
RS	Responsabilidade Social
SER	Responsabilidade Social Empresarial
S.A.	Sociedade Anónima
SASOL	Suid Afrikaanse Steenkool en Olie
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TARV	Terapia Anti Retroviral
EU	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
VM	Vale Moçambique

INDICE GERAL

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
DEDICATÓRIA	iv
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	v
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização e definição do problema.....	1
1.2 Objectivos da investigação	5
1.2.1 Objectivos gerais.....	5
1.2.2 Objectivos específicos	5
1.3 Relevância do estudo	6
1.4 Delimitação da pesquisa	7
1.5 Organização do trabalho.....	7
2. REVISÃO DA LITERATURA	8
2.1 Enquadramento teórico da RSE.....	8
2.2 RSE no sector minero-energético	10
2.2.1 Breve histórico da origem de RS na empresa “ <i>Lundin Petroleum (LP)</i> ”	11
2.3 Dimensões da RSE	15
2.3.1 Dimensão interna	15
2.3.2 Dimensão externa.....	17
2.4 Vantagens da adopção da estratégia da prática de RSE	21
2.5 RSE em Moçambique.....	21
3. METODOLOGIA	25
3.1 Caraterização da pesquisa.....	25
3.2 Tipo de pesquisa	25
3.3 Técnicas de recolha de dados	27

3.4 Técnicas de análise e tratamento de dados	28
3.5 Questões éticas de investigação.....	28
4. ESTUDO DE CASO DA VM.	30
4.1 Breve caracterização da empresa.....	30
4.2 Missão, Visão, Valores, e Política da empresa.....	33
4.2.1 Missão.....	33
4.2.2 Visão	33
4.2.3 Valores	34
4.2.4 Política da empresa	34
4.3 Áreas de actuação e as principais realizações	35
4.3.1 Educação e Formação	36
4.3.2 Infra-estruturas públicas e sociais	42
4.3.3 Saúde.....	47
4.3.4 Agricultura e Pecuária.....	49
4.3.5 Desporto e Cultura	52
4.3.6 Meio Ambiente e outras áreas.....	53
4.4 Investimentos sociais realizados.....	63
4.5 Análise dos resultados	64
5. LIMITAÇÕES, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	73
5.1 Limitações	73
5.2 Conclusões finais.....	74
5.3 Recomendações	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXOS	91
Anexo i: Guião de entrevistas.....	91

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1:A Vale S.A. no Mundo	30
Figura 4.2:A Vale em Moçambique	32
Figura 4.3:Participantes do curso de corte, costura e empondeiramento feminino.....	38
Figura 4.4:Participantes do curso de empregados domésticos e hotelaria	39
Figura 4.5:festival de Yau	53
Figura 4.6:Processo de limpeza de bairros em Moatize	54
Figura 4.7:Processo de melhoria da praça da Cateme, Moatize.....	55
Figura 4.8:Navios Bulk Zamezi e Bulk Limpopo	57
Figura 4.9:Exemplo de material reciclado que gera peça artística.....	58
Figura 4.10:Plantio de mudas em Ndjalane	58
Figura 4.11:Road Show de sensibilização sobre segurança no trânsito nas comunidades em Nampula	60
Figura 4.12:Teatro e sensibilização sobre segurança Rodoviária nas comunidades em Nacala ...	60

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 4. 1:Investimentos sociais da VM realizados durante os anos de 2011-2013 em milhões de dólares norte-americanos.....	64
Tabela 4. 2:Dispêndio social da VM em 2013 em milhões de dólares norte-americanos	64

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 4. 1:Volume da aposta nas empresas locais	62
---	----

1.INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e definição do problema

Desde 2001, Moçambique tem tido um crescimento nas taxas anuais entre 6% e 12% ou seja, 6,8% em 2010, 7,1% em 2011, 7,5% em 2012 e inicialmente tinha uma previsão para crescer em 8,4% em 2013 (Relatório Publicado pelo Fundo Mundial Internacional (FMI) *in* Coelho & Carvalho, 2012). Devido as inundações registadas em 2013, a economia cresceu 7,4% contrariamente aos 8,3% previstos (Stantard Bank *in* Jornal Sugestão do dia 21 de Abril de 2014). Por causa da desaceleração da economia no início do ano, influenciada pelas cheias, declínio dos preços da matéria-prima no mercado internacional, conflito armado no centro do país, insegurança desencadeada por uma série de raptos e apreensão que antecederam as eleições gerais de Outubro, o nível de confiança dos investidores reduziu e como consequência, o crescimento foi de 7,5% em 2014 e 6,6% em 2015 (Jornal Notícias do dia 19 de Maio de 2015 e Sapo do dia 12 de Dezembro de 2016). Apesar do abrandamento do crescimento económico verificado em 2016, marcado por uma recessão económica, por sua vez provocada pelos baixos preços das matérias-primas, desastres naturais, conflito armado no centro e norte do país, e agravada pelo escândalo das dívidas escondidas em Abril de 2016, as previsões apontam para um ritmo de crescimento pelo menos até 2021 (Economist Intelligence Unit (EIU) *in* Jornal Macauhub, 2016 & Sapo, 2016). Este crescimento está muito acima da média da África e tem sido impulsionado pelo desenvolvimento do sector minero-energético e dos fluxos cada vez maiores de investimento directo estrangeiro (IDE) em megaprojectos¹ para o país (Adaptado de Carvalho, 2012 & Economist Intelligence Unit (EIU) *in* Jornal Macauhub, 2012 e 2016).

Moçambique é um país com quantidades consideráveis de recursos minero-energéticos e tem registado significativos desenvolvimentos nesta área, como é o caso da produção e exportação do gás de Pande e Temane iniciada em 2004 na província de Inhambane pela companhia sul-africana *SASOL Petroleum*, exportação de minérios produzidos a partir das areias pesadas (são extraídos 3 minérios, nomeadamente, o rutilo, o zircão e ilmenite)² de Moma na província de Nampula a partir de 2007 pela empresa multinacional Irlandesa *Kenmare Resources*, grandes

¹São investimentos a partir de 500 milhões de dólares americanos *in* Selemane, 2011.

²A ilmenite é um minério de ferro e titânio e é utilizado na produção de pigmentos que são usados nas indústrias plásticas e de tinta. O zircão é utilizado na indústria cerâmica e o rutilo é uma forma muito pura de dióxido de titânio essencial para a produção do metal titânio que é utilizado num sem número de indústria de alta tecnologia, como exemplo no fabrico de aviões *in* Selemane, 2009.

jazidas de carvão de Moatize (um dos maiores projectos de extracção de carvão do mundo) na província de Tete explorado pela companhia brasileira do Vale do Rio Doce (CVRD)³ hoje denominada Vale S.A. desde 2007. Explorações de carvão de Benga também localizado na província de Tete, concessionada inicialmente à empresa Anglo-Australiana Rio Tinto⁴ em 2009, hoje vendido ao consórcio Indiano designado por *International Coal Ventures Private Limited (ICVL)* (Umar *et al.*, 2010 & Selemane, 2009 & Jornal Notícias, 2015).

Nos últimos anos tem-se identificado em Moçambique grandes reservas de gás. A maior parte dessas reservas situa-se na bacia do Rovuma, (norte de Moçambique), ao largo da província de Cabo Delgado), estimadas em 170 biliões de pés cúbicos, o que fará do país um produtor de nível mundial, atraindo deste modo grandes multinacionais como a companhia norte-americana *Anadarko Petroleum Corporation*, a italiana *Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. (Eni)*, a Norueguesa *Statoil Hydro*, a Petronas da Malásia, *Shell* anglo-holandesa, *Artumas* (canadiana), *Norsh Hydro* (norueguesa) entre outras para o seu sector energético (Deutsche Welle (DW), 2012 & Jornal Notícias, 2013).

Estas boas perspectivas e bons indicadores de crescimento económico estão um pouco desarticulados com o desenvolvimento social, uma vez que as condições de vida das populações continuam difíceis (EIU *in* DW, 2012). Grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza (55% da população vive com menos de 1 dólar por dia) e o fosso entre ricos e pobres aumenta cada vez mais (Semanaário alemão *Die Zeit in* DW, 2012 & relatora especial das Nações Unidas para a pobreza extrema e direitos humanos *in* Jornal País, 2013) com um agravamento acentuado da pobreza nas áreas rurais onde vive a maior parte da população moçambicana (DW, 2012). Por outro lado, internamente e externamente, o Governo têm sido alvo de várias críticas, através de debates e pressões à volta dos primeiros megaprojectos, por conceder muitos incentivos fiscais às empresas, de excepionalidades legais e de facilidades de operação de que nenhuma outras entidades económicas gozam (redução de impostos, isenção total do imposto sobre valor acrescentado (IVA) e taxas alfandegárias) e por falta de transparência. Estes factos prejudicam o país porque os benefícios não estão ao alcance da população, como parece ser sentimento geral de que, apesar das taxas positivas de crescimento económico, ainda não é visível uma melhoria assinalável do poder de compra e bem-estar da população no geral,

³ Segunda maior produtora de metais e minerais do mundo (Vale Moçambique, 2015).

⁴ Na altura da chegada chamava-se *Riversdale Mining Limited*, líder no sector de mineração (Selemane, 2011).

particularmente dos que habitam nas zonas onde se realizam as actividades de exploração (Selemane, 2011). Kliksberg *in* Gomes (2003), alerta para a necessidade de integração de políticas económicas e sociais, que é complementada pela afirmação de que “sem desenvolvimento social paralelo, não haverá desenvolvimento económico satisfatório”.

Na procura de um desenvolvimento sustentável, a eliminação da pobreza é o desafio primordial, não só dos Governos e da sociedade civil, mas também, e cada vez mais do sector privado, onde se inserem as empresas (Lopes, 2004). Convém realçar que compete, em primeira instância, aos Governos assegurar as práticas de boa governação através do seu papel como organizador, regulador, estimulador e fiscalizador, além de gestor social, por meio de políticas e acções claras que proporcionem um desenvolvimento sustentável (Marchã, 2007).

O sector privado assume um papel fulcral na economia global através da sua contribuição para um crescimento económico desejável. De acordo com as Nações Unidas (NU) existem mais de 60.000 empresas multinacionais a operar no mundo (Brandy *in* Lopes, 2004). Das 100 maiores entidades económicas a nível mundial, 51 são empresas e 49 são países, assim como as 200 maiores empresas a nível mundial contam com um quarto da actividade económica global e empregam menos de 1% da força de trabalho mundial (Weiser *et al.*, *in* Lopes, 2004).

Estes indicadores mostram o papel que as empresas do sector privado representam hoje e a função social que é cada vez mais recorrente, daí o reconhecimento de que este sector pode e deve fazer mais para combater a pobreza, preservar o meio ambiente e contribuir para a melhoria do bem-estar da população através deste potencial inexplorado que oferece não só oportunidades sociais como também comerciais (Marchã, 2007). Este contributo pode ser alcançado através da integração da Responsabilidade Social (RS), enquanto investimento estratégico, no núcleo da sua estratégia empresarial, nos seus instrumentos de gestão e nas suas operações (Lopes, 2004).

Embora muitos autores tenham tentado definir a RSE ao longo dos anos, o conceito permaneceu vago e ambíguo (Makower *in* Schwart & Carroll, 2003). Assim, as definições baseiam-se, fundamentalmente, em duas correntes de pensamento. Uns defendem que as empresas são obrigadas a maximizar apenas os lucros para seus accionistas dentro de limites legais (tese defendida por Milton Friedman⁵ *in* Meyskens *et al.*, 2010), uma vez que uma empresa lucrativa

⁵ Prémio Nobel de Economia em 1976 e um dos principal articulador e defensor dessa corrente de pensamento, baseando-se na premissa que a única responsabilidade da empresa é gerar lucros, respondendo as expectativas dos accionistas dentro dos limites legais e dessa forma, o benefício próprio é o único determinante para RSE, sendo uma

beneficia toda sociedade pagando impostos e gerando emprego que permite uma melhor qualidade de vida aos seus trabalhadores e assim contribuir para o bem-estar público. Outras sugerem uma ampla responsabilidade (Schwart & Saiia, 2012; Carroll, 1999). Essa ampla RSE abrange aspectos económicos (ser lucrativa), legais (obedecer a lei e regulamentos), éticos (ser ético, fazer o que é certo e evitar danos) e as expectativas discricionárias ou filantrópicas (contribuir para a comunidade e qualidade de vida das pessoas) que as sociedades têm das organizações (Marques, 2012). Estamos perante duas teorias, nomeadamente a teoria dos *shareholders* (virada essencialmente para os accionistas) e a teoria dos *stakeholders*⁶ (das partes interessadas, isto é, as empresas estarem interessadas em todos os que a cercam).

Apesar da perspectiva defendida por Friedman, a compreensão da RSE está cada vez mais rica ao longo do tempo com a contemplação de vários factores entre eles, éticos (promoção de valores, respeito pelas regras), ambientais (redução do impacto negativo da sua actividade) e sociais (bem-estar das pessoas) (Oliveira, 2012). Este enriquecimento deve-se, em parte, à pressão cada vez mais exigente da sociedade em geral (valores sociais evoluíram e, com eles, as exigências colocadas pelas partes interessadas sobre a conduta das empresas também evoluiu), do mercado globalizado, dos Governos e dos organismos internacionais sobre as empresas como atestam as NU no seu pacto global das Nações que “pretende tornar possível que as empresas de todo mundo para combater vários problemas socio-económicos” (Kanje & Chopra, 2010). Assim como o da União Europeia (UE) que também contribui de forma regular com vários documentos sob forma de estudos, recomendações, entre outros, onde se destacam o “Livro Verde”, que visa, promover um quadro europeu de RSE.

Com base na ligação entre o mundo empresarial e a sociedade e de acordo com Puneet e Ashish (2012), a RSE é definida como responsabilidade das organizações com impactos nas decisões e actividades das sociedades e meio ambiente onde estiverem inseridos, através da transparência e comportamentos éticos que, sejam consistentes com o desenvolvimento sustentável e bem-estar das sociedades; tenham em conta as expectativas dos *stakeholders*; que esteja em conformidade com a legislação da zona e que sejam consistentes com normas, comportamentos internacionais e integradas em toda organização.

empresa lucrativa beneficia toda sociedade ao pagar os impostos, gerando emprego e seus benefícios (Meyskens et al., 2010).

⁶Estão incluídos nos *stakeholders* as autoridades públicas, funcionários, os clientes, as organizações não-governamentais (ONG's), os concorrentes, os fornecedores e a sociedade em geral (Marques, 2012).

Face a este cenário todo de atracção de IDE através da descoberta de recursos minero-energéticos, corrida maciça das empresas multinacionais no território nacional, níveis elevados de pobreza principalmente nas zonas rurais e a importância que o sector privado tem na sociedade, bem como múltiplos efeitos negativos e efeitos socio-económicos, surge a seguinte questão de partida:

“Até que ponto a estratégia da prática de RSE adoptada pela VM é alternativa com repercussão que possa traduzir-se na melhoria das condições de vida da população das comunidades locais e circunvizinhas onde tem lugar suas actividades?”

Este trabalho não pretende, de maneira alguma, esgotar todos assuntos relacionados com a prática de RSE neste sector e muito menos estudar o seu impacto. Pretende-se, apenas, analisar em que medida a estratégia da prática da RSE implementada numa das empresas deste sector pode contribuir para a melhoria das condições de vida da população das comunidades locais e circunvizinhas onde tem lugar as actividades. Como se pode ver, o foco principal desta RSE tem a ver com as acções viradas para as comunidades onde têm sido desenvolvidas estas actividades.

1.2 Objectivos da investigação

1.2.1 Objectivos gerais

Como este estudo, pretende-se:

- Analisar a estratégia da prática de RSE no sector minero-energético, através das acções desenvolvidas pela empresa VM que, de alguma forma, contribui para a melhoria das condições de vida da população das comunidades locais onde estão inseridas.

1.2.2 Objectivos específicos

Para o alcance dos objectivos gerais, são definidos os seguintes objectivos específicos:

1. Verificar o modelo e/ou de estratégia empresarial implementada;
2. Identificar as áreas de intervenção e principais realizações sociais implementadas através da prática de RSE da VM;
3. Identificar os benefícios da prática de RSE para as comunidades locais e circunvizinhas onde estão inseridas;

4. Contribuir para auxiliar a discussão, debate, compreensão do assunto e aumentar a consciência da importância da aposta numa estratégia que tenha em conta a prática de RSE, como uma ferramenta para contribuição da competitividade bem como contribuir para futuras investigações.

1.3 Relevância do estudo

A relevância do estudo justifica-se porque Moçambique, neste momento, está a tornar-se um “novo-rico” em matéria de recursos naturais, com interesses de grandes grupos internacionais do sector. Se forem devidamente geridos podem contribuir para reduzir a dependência externa, consolidar a soberania política, em suma, pode alterar completamente os contornos de desenvolvimento económico, social e humano do país a médio e longo prazo. Porém, a abundância destes recursos nem sempre é um passaporte para a prosperidade, uma vez que existem muitos países ricos em recursos naturais, mas que continuam com bolsas de extrema pobreza e desigualdades. O dinheiro não chega à população e em muitos casos a exploração dos recursos, é feita de forma não sustentada, causando alguns efeitos colaterais da nova riqueza, tais como: beneficiando a elite, destruindo o meio ambiente e incentivando a corrupção desenfreada ou conflitos sobre a distribuição de recursos (Relatório do *Revenue Watch Institute in Selemane*, 2009).

A prática da RSE, por parte das empresas, é uma alternativa que pode contribuir para minimizar alguns dos efeitos colaterais acima referidos, através de uma articulação transparente entre todos actores (Governos, Organizações Não Governamentais (ONG's), sector privado e demais entidades da comunidade) com respeito pelos valores, princípios éticos da sociedade em que se insere, cumprimento das normas sociais e legais, fomentando o exercício da cidadania e respeito pelos direitos humanos. Neste contexto, com a diminuição do papel do Estado e do tamanho do mesmo, dada a sua dificuldade em solucioná-los, muitos dos problemas sociais, bem como as limitações do mercado, a prática de RSE passa a ser vista como um instrumento a ser considerado, como estratégia das empresas no sentido de atender à procura social dos diversos agentes económicos envolvidos nas suas actividades (Adaptado de Cruz, 2006). Por outro lado, as empresas como pólos de interação social têm uma responsabilidade enorme em disseminar valores que influenciam mudanças, promovendo estratégias que possibilitem o equilíbrio económico, ambiental e social, contribuindo deste modo para a melhoria das condições de vida da população onde estiverem inseridas.

Neste sentido, este trabalho justifica-se pela pouca produção académica nacional relacionada com as áreas de RSE neste sector. Desse modo, estudar este tema é importante para o crescimento da área e a disseminação das teorias, alargando o debate em torno dessa temática, a fim de gerar novas teorias, formas de pensar e paradigmas.

Assim, este trabalho visa contribuir não só para o enriquecimento do debate em torno da RSE, como também para a produção académica sobre o tema.

1.4 Delimitação da pesquisa

O presente trabalho aborda sobre a prática de RSE, através das acções desenvolvidas pela VM a nível da dimensão externa e, muito particularmente, nas comunidades locais e circunvizinhas onde a empresa exerce suas actividades durante o período compreendido entre 2007 a 2014. A escolha de 2007 deve-se ao facto de ser o ano de atribuição do contrato para a exploração mineira e 2014 que é o ano que antecede a venda de participações na mina de carrvão de Moatize e Corredor Logístico de Nacala à Japonesa Mitsui.

1.5 Organização do trabalho

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. Após um primeiro capítulo introdutório que identifica o problema, apresenta os objectivos a atingir, relevância, delimitação bem como a organização do trabalho. No segundo capítulo é feita uma breve revisão da literatura. Este capítulo inicia-se com um enquadramento teórico da RSE, aborda-se sobre a RSE com um exemplo da aplicação no sector minero-energético, suas dimensões internas e externas. Apresentam-se igualmente, as vantagens da adopção da prática de RSE e um breve resumo da actividade de RSE em Moçambique.

No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia de investigação utilizada neste trabalho, nomeadamente a característica da pesquisa, o tipo de pesquisa, técnica de recolha de dados, técnicas de análise e tratamento de dados e questões éticas de investigação utilizada. Seguidamente, o quarto capítulo, apresenta-se o estudo de um caso prático onde a estratégia da prática de RSE está implementada e enraizada.

Por fim, o capítulo cinco que enumera as limitações do estudo, apresenta as principais conclusões do trabalho e deixando em aberto algumas sugestões para desenvolvimentos a realizar em futuras investigações.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Enquadramento teórico da RSE

A economia mundial está a sofrer grandes transformações, resultado da globalização, o que faz com que as organizações sejam forçadas, pelas próprias circunstâncias, a enfrentar e superar os desafios e, ao mesmo tempo, pressupõe a necessidade de implementação de mecanismos que lhes permitam a adequabilidade, a diferenciação e a flexibilidade exigidas pelos novos tempos (Valente e Crane, 2010).

Com o avanço da tecnologia, os produtos vão-se tornando cada vez mais semelhantes, aos novos modelos de gestão operacional, que a curto prazo tem proporcionado o aumento da competitividade, tornando-se não sustentáveis a longo prazo sendo que o conhecimento acerca destes métodos estejam amplamente difundidos. Daí surge a necessidade das empresas investirem noutros atributos, além da qualidade e do preço, como a preservação do meio ambiente, produtos ambientalmente correctos e contribuir para a melhoria do bem-estar social das comunidades onde estejam inseridas (Omazic *et al.*, 2011).

Assim, uma empresa deixa de ser entendida como uma organização exclusivamente destinada a atender às necessidades dos seus accionistas, cujo objectivo é obtenção do lucro para tornar-se numa organização que, para além dos objectivos particulares dos seus accionistas, deve comprometer-se com os requisitos ambientais e sociais (vulgarmente chamados de requisitos de sustentabilidade) de todas as partes interessadas (Galan, 2006).

É nesse contexto que emergem empresas com compromissos sociais fortes nos seus negócios, como veículo para a maximização de lucros e como forma de contribuir para melhorar a sociedade onde estiver inserida, tornando a comunidade um lugar óptimo para viver e trabalhar. De acordo com Neto e Froes (1999), se uma empresa obtém recursos da sociedade, é sua obrigação dar retorno não apenas com produtos e serviços, mas também com acções sociais, que possam solucionar os problemas dessa mesma sociedade. Por outro lado, as comunidades em que as empresas operam, exigem uma parcela dos benefícios que a empresa recebe pelo serviço na sua comunidade. Assim, deve-se ter em mente que estas não são acções meramente de caridade, mas sim, justas, para compensar os recursos que estão a ser utilizados pela empresa e que, de um modo ou outro, podem ter sido tirados desta mesma sociedade.

Ashlei *in* Barros (s/d) refere que os defensores da RSE baseiam-se em dois argumentos, nomeadamente: no interesse da empresa a longo prazo e da imagem pública da empresa. No primeiro caso, uma empresa mais sensível às necessidades das comunidades terá como resultado uma comunidade melhor, onde será mais fácil a própria gestão de negócios. Assim, este processo de melhoria social geraria um ambiente propício para a empresa e, por conseguinte, um melhor desempenho das suas actividades, uma vez que uma sociedade melhor tem maiores condições de fornecer lucro às empresas. O segundo argumento está associado ao Marketing Social, o qual actua, fundamentalmente, na comunicação com os trabalhadores e com a comunidade, sobre acções que visam aumentar de forma comprovada, o bem-estar social.

No passado a teoria da RSE relacionava-se com as actividades filantrópicas, considerando que uma empresa socialmente responsável é aquela que age à favor de alguma comunidade ou população carenciada e nessa óptica, seria resumida a pouco mais do que simples doações a projectos sociais desenvolvidos (Ramesh, 2010). No entanto, hoje, a questão da RSE transcende as actividades filantrópicas para se tornar uma parte da estratégia empresarial. Um dos pontos que diferencia a RSE da filantropia é que a primeira envolve um compromisso, ou seja, uma relação de longo prazo da empresa com os *stakeholders*, o que pressupõe acções contínuas no contexto da estratégia de longo prazo, capazes de despertar a consciencialização das práticas sociais de forma contínua, de maneira que essa conduta faça parte do quotidiano, gerando deste modo benefícios económicos através da criação de valor e consequentemente desenvolvimento social sustentável. A segunda cinge-se apenas nas doações de recursos materiais ou financeiros, tendo como principal beneficiário a comunidade de forma casuística ou pontual (Barros, s/d). Por exemplo, uma empresa pode construir uma escola junto à comunidade onde está instalado o seu empreendimento e vir a formar a mão-de-obra que ele precisará no futuro, enquanto uma actividade filantrópica pode cingir-se meramente numa simples oferta de alimentos.

A RSE passa a afirmar-se ao lado de sistemas de qualidade, de desenvolvimento tecnológico, de medidas que reorganizam e orientam as estratégias de gestão para enfrentar a competitividade, como forma para valorizar a empresa e os seus produtos, e assim garantir um lugar no mercado (Ferraz, 2007).

2.2 RSE no sector minero-energético

O sector minero-energético encontra-se, à semelhança da generalidade de outros sectores de actividades, sujeito, cada vez mais, a um maior escrutínio por parte da comunidade e da sociedade como um todo.

A indústria do sector minero-energético tem um papel fundamental na economia mundial, devido a dependência que a sociedade tem dos seus derivados. Porém, pesquisas realizadas em todo mundo têm demonstrado que os consumidores e a sociedade estão mais exigentes em relação ao que as empresas contribuem para a sociedade (Figueredo, 2012).

Na maioria dos estados ocidentais a tarefa de prospecção, exploração e produção de recursos minero-energéticos é amplamente praticada pelas empresas privadas e algumas destas, estão entre as mais rentáveis do mundo, como está evidente entre as 100 maiores companhias do mundo, 14 são deste sector (*Exxon Mobil, Royall Dutch Shell, Petrochina, Petrobras, BP (British Petroleum), Chevron, Gazprom, Total, Sinopec-China Petroleum, ENI, Statoil, Vale, Lukoil e Rio Tinto*) (FORBES, 2012)⁷. Isso demonstra a importância das empresas neste sector porque contribuem para o crescimento económico de uma nação e a sua actividade económica gera muitos recursos fiscais ao Estado, pelo que deve reflectir-se na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias bem como das comunidades onde elas estiverem inseridas. No caso de Moçambique, um país com grandes problemas sociais, a descoberta e exploração desses recursos deve contribuir para a melhoria do nível de vida da comunidade local através do número de pessoas com acesso aos serviços sociais básicos de abastecimento de água, saúde, educação, tecnologias para a construção de habitações com base em material resistente e de baixo custo entre outros.

Geralmente as empresas deste sector actuam em mercados sem muita concorrência, contudo este facto não deixa que se preocupem com questões de RS. Desta forma, devido a uma maior consciencialização para assumirem um papel social e ambiental muito forte, resultado da pressão externa, dos desafios da nova era em que se espera que grandes grupos económicos que geram riqueza em mercados carenciados intervenham de forma positiva na comunidade onde estiverem inseridos através de acções permanentes que aliviem a pobreza, melhorem as condições de vida da população e lancem bases para o desenvolvimento sustentável dos países e do planeta por um

⁷ Dados de 2012. O *ranking* foi realizado levando-se em conta os valores de vendas, lucros, ativos e valores de mercado das companhias.

lado. Por outro lado os investidores esperam cada vez mais de acções socialmente responsáveis na condução dos negócios por parte das empresas em que pretendem investir e as instituições de crédito antes de concederem crédito exigem das empresas provas da RS (Figueredo, 2012; Batruch, 2011).

Normalmente os efeitos locais da actividade de pesquisa, exploração e produção destes recursos são desastrosos, influenciando numerosos problemas que afectam as comunidades locais e a sociedade em geral. Por isso cabe-lhes, igualmente, a responsabilidade de resolver ou minimizar muitos destes problemas, através de várias estratégias, entre as quais a prática de RSE, que pode constituir um instrumento junto às comunidades onde a empresa estiver inserida, porque elas sentirão que as suas ansiedades são satisfeitas, conquistando deste modo o seu respeito (Ferreira *et al.*, 2006).

A maneira como a RSE é implementada neste sector varia de acordo com as especificidades da empresa como dimensão, condições locais, situação sociopolítica do país, susceptibilidade à opinião pública e, ainda de acordo com os compromissos que os gestores estão dispostos a assumir junto às comunidades locais (Galan, 2006).

Assim, enquanto algumas empresas se limitam a investir na dimensão interna, outras optam pela lógica de RSE de forma mais abrangente, incorporando diferentes dimensões que caracterizam externa e internamente a dinâmica empresarial (Quintal, 2009).

2.2.1 Breve histórico da origem de RS na empresa “*Lundin Petroleum (LP)*”

As alegações de cumplicidade com as violações de direitos humanos na Birmânia, Nigéria e Sudão trouxeram questões que foram inseridas nas agendas das companhias petrolíferas e de gás a nível mundial, uma vez que os tradicionais modelos de negócios, que se baseavam meramente em parâmetros técnicos e financeiros, revelaram-se insuficientes para lidar com as críticas sobre o papel das empresas, neste contexto (Batruch, 2011).

Em 1997, a LP assinou um contrato com o Governo sudanês para a prospecção, exploração e produção de petróleo e gás numa área concessionada designada por “BLOCO 5A” (com grandes indícios de encontrar-se petróleo), localizada no sul do país, numa altura que o Governo estava envolvido numa guerra civil e que naquele período não tinha o controlo total da região (Batruch, 2011).

Anos mais tarde, certas facções tribais começaram a alegar que o Governo estava a violar o acordo de paz alcançado localmente e começaram a juntar-se aos rebeldes envolvidos na guerra civil, o que resultou num ambiente de trabalho bastante inseguro, uma vez que os rebeldes declararam como seus alvos legítimos e militares, os campos de petróleo e funcionários da empresa. Adicionalmente começaram a surgir várias críticas para com a LP, onde certas ONG's começaram a criticar a empresa por sua suposta participação no conflito, bem como violações dos direitos humanos (Batruch, 2011).

Face a esse cenário, a empresa contratou um consultor para analisar as implicações sócio-políticas referentes à sua presença na área e aconselhar sobre as medidas a serem tomadas. Se no momento a empresa não estivesse ligada aos problemas no terreno, a gestão passou a notar que os laços com as comunidades locais deveriam ser reforçados para preservar a licença da empresa de modo a operar no âmbito social (com aceitação social) (Batruch, 2011).

Assim, foram iniciados os projectos de desenvolvimento local, que na altura tornaram-se insuficientes para compensar a deterioração da relação entre os líderes das tribos locais e o Governo. A segurança na área continuou muito volátil, o que obrigou a empresa a parar com todas as operações de campo, excepto os projectos de desenvolvimento comunitário e nessa mesma altura contratou um gestor de responsabilidade empresarial (RE) para desenvolver um quadro de RSE (Batruch, 2011).

Os valores e princípios de negócios da LP foram expressos num código de ética e conduta que foi adoptado na sequência das discussões com o conselho de administração da empresa. O gestor de RE também elaborou um modelo de higiene, segurança e ambiente no trabalho (HSAT); definiu as políticas de relações com as comunidades locais; desenvolveu uma carta dos direitos humanos; lançou um programa de desenvolvimento comunitário e assistência humanitária e por fim iniciou um processo de consulta às partes interessadas (Batruch, 2011).

A adopção do quadro de RSE representou uma mudança estratégica na forma como a empresa operava, uma vez que até então, a empresa privilegiava apenas questões técnicas e financeiras como primordiais na condução dos seus negócios, mas a situação no Sudão, obrigou a empresa a rever o seu modelo de negócio e começou a integrar assuntos sócio-políticos na sua agenda, de modo a preservar a sua licença legal e social para operar e garantir a sustentabilidade da empresa e suas operações.

A partir do momento em que foi adoptado o quadro de RSE, a empresa vendeu em 2003 a sua participação na zona concessionada (BLOCO 5 A), mas o seu compromisso com a RSE manteve-se e atingiram apenas as comunidades a que a empresa teve acesso na altura, apesar do conflito ter impedido a realização de muitos outros projectos sociais (Batruch, 2011).

O quadro de RSE desenvolvido para o Sudão não era uma medida discreta adoptada exclusivamente para operações no país. A partir do momento em que foi adoptada, a RSE foi integrada no modelo de negócio da LP e se tornou, ao longo do tempo, uma ferramenta valiosa para a estratégia de crescimento empresarial.

Um ano mais tarde, a fim de qualificar-se como operador na Nigéria, foi-lhe exigida, como parte da sua capacidade operacional, o fornecimento de informações sobre as suas competências na gestão de questões de HSAT, bem como questões relacionadas com o desenvolvimento das comunidades locais. A mesma capacidade operacional também foi exigida por outros países africanos onde se procurou obter licenças de exploração ao longo dos anos (Batruch, 2011).

Em 2004, a LP adquiriu activos de exploração e produção na Noruega e no Reino Unido a partir de uma empresa norueguesa. Uma das condições para que essa transação fosse possível, era a necessidade de demonstrar não só a competência financeira, jurídica e técnica, mas também as competências em matéria de HSAT, bem como RSE. A fim de ter certeza que a HSAT era parte integrante da cultura da empresa, as autoridades oficiais de segurança da Noruega visitaram os escritórios da LP e fizeram a inspecção nas suas instalações na França. Além disso, ao longo dos anos, as Instituições Financeiras (IF's) antes de concederem empréstimos às empresas, exigiam-lhes práticas nas questões ambientais, sociais e de governança das mesmas de modo a evitar riscos (Batruch, 2011).

O processo seguido pela LP para a aquisição de licenças na Etiópia em 2005 mostraram mais uma vez como a RSE tornou-se formalmente parte do seu modelo de negócio. Na verdade, quando decidiu concorrer a concessões na Etiópia, a empresa não apenas olhou para o potencial geológico e comercial da área, mas também tomou em consideração os potenciais riscos sócio-políticos que poderiam enfrentar e as medidas de mitigação que poderiam ser postas em prática. Antes, a empresa começou a negociar com o Governo Etíope, que consultou certas ONG's internacionais e representantes do Governo sueco para determinar se havia impedimentos para

trabalhar lá. Em paralelo, foi realizada uma análise da RSE do país e revisão das questões ambientais, sociais e de governança envolvidos (Batruch, 2011).

A empresa estava consciente nas cláusulas dos contratos de segurança da produção que estivessem de acordo com os princípios voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos e incluiu cláusulas de desenvolvimento comunitário. Obter a aprovação do Governo para projectos comunitários significava a aceitação por parte do Governo de que os projectos eram parte integrante do programa de trabalho da empresa e, sujeita à recuperação de custos (Batruch, 2011).

A LP então adjudicou a segurança a terceiros, nas questões de infra-estruturas, e as avaliações sociais para ganhar conhecimento da área e identificar os seus principais actores locais. Com base nos resultados e com a ajuda das ONG's locais, a empresa convocou os líderes de seis diferentes clãs das áreas concessionadas para uma reunião de sensibilização das partes interessadas. Este encontro tinha os seguintes objectivos, a saber: conhecer pontos de vista das comunidades locais sobre as actividades petrolíferas; apresentar a empresa, bem como a sua abordagem de RSE, as suas fases e as implicações das actividades de pesquisa e exploração; gerir as expectativas da comunidade em termos de tipo e tempo de benefícios que recebem das actividades da empresa; e finalmente obter do Governo a garantia que as receitas geradas pela actividade de pesquisa, exploração e produção do petróleo fossem partilhadas de forma equitativa com as comunidades locais (Batruch, 2011).

Durante a reunião de sensibilização das partes interessadas, a empresa comprometeu-se a “não fazer mal”, a pagar uma indemnização por danos acidentais, a contratar mão-de-obra local sempre que possível e a financiar alguns projectos de desenvolvimento comunitário. Foi enfatizado que a sua principal contribuição para o desenvolvimento económico viria na forma de receitas quando o petróleo fosse produzido (alguns anos depois). A empresa pediu que as comunidades locais fornecessem um ambiente de apoio e de trabalho seguro para as suas operações e lembrou a todos, incluindo o Governo e aos seus representantes, que a receita do petróleo devia ir para o bem-estar sócio-económico e desenvolvimento dessa área. Este processo foi repetido alguns meses mais tarde, pela LP nas áreas de concessão no Quénia (Batruch, 2011).

Em 2009, a LP decidiu dar uma nova estratégia de crescimento com foco na Europa, Rússia e Sudoeste Asiático como as áreas centrais e vendeu as suas participações remanescentes na África

Oriental, tendo recebido garantias de que o âmbito da RSE implementado seria mantido pela empresa Canadiana que comprou as acções nesses locais (Batruch, 2011).

2.3 Dimensões da RSE

Tendo como base o livro verde, Mogele e Troop (2010), consideram que o exercício empresarial pressupõe uma atitude eficaz da empresa em duas dimensões: interna e externa.

2.3.1 Dimensão interna

É a dimensão que está centrada nos trabalhadores da empresa e compreende a adopção de práticas socialmente responsáveis no seio da empresa, no âmbito da gestão de recursos humanos (GRH), através da implementação de medidas que visem melhorar a saúde e segurança no trabalho, a capacidade de adaptação às mudanças e, igualmente, a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais no seu processo produtivo (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Do ponto de vista GRH é particularmente importante o incentivo à formação contínua dos trabalhadores que poderá passar, entre outras medidas, pelo estabelecimento de protocolos com instituições de ensino, de modo a atrair novos trabalhadores e a estimular os já existentes a obterem maior conhecimento, ou seja, a existência de trabalhadores qualificados na empresa (Comissão das Comunidades Europeias, 2001). Por conseguinte, a empresa beneficiaria não só de um enriquecimento técnico dos seus quadros que lhe permitiria obter um desempenho mais profícuo das tarefas realizadas, como promoveria o bem-estar e a realização pessoal de cada um dos seus trabalhadores (Silva, 2011).

A área da saúde e segurança no trabalho não se limita apenas a legislação, mas também, na organização de numerosas iniciativas de informação, orientação e promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável. Por outro lado, as empresas, Governos e organizações sectoriais têm redobrado esforços na procura de formas complementares de promoção destes temas, usando-os como critérios para a aquisição de produtos e serviços de outras empresas e como elemento de marketing para a promoção dos seus próprios produtos e serviços (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

No que diz respeito à capacidade de adaptação à mudança, é notório o cuidado na abordagem ao tema das operações de reestruturação, sendo socialmente responsável a empresa que, identificando pontos críticos, prepara cuidadosamente a sua reestruturação, garantindo a

salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e reduzindo o impacto social que este tipo de operações de elevada dimensão habitualmente acarreta (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Finalmente, a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais traduz-se numa exploração eficiente de recursos através da diminuição da produção de resíduos de forma a possibilitar uma redução do impacto ambiental global, gerado pelos processos de fabrico e distribuição dos bens e serviços (Comissão das Comunidades Europeias, 2001). Um decréscimo na exploração de recursos, nas emissões poluentes ou na produção de resíduos contribui para atenuar o impacto ambiental, o que permitiria uma relação estreita entre a qualidade do emprego e a protecção ambiental, através do desenvolvimento de postos de trabalho mais salubres e aplicando tecnologias mais ricas e menos poluentes (Biorumo, 2005). Poderá ser igualmente vantajoso para as empresas, na medida em que permitiria uma redução das despesas energéticas e de eliminação de resíduos, bem como dos custos de matéria-prima e despoluição, podendo assim contribuir para o aumento dos proveitos (Fontes, 2011).

Neto e Froes (1999) referem que a dimensão interna direciona acções para os trabalhadores e suas famílias, tendo como principal objectivo desenvolver um ambiente de trabalho de salutar e contribuir, assim, para o bem-estar dos que ali trabalham, deixando-os mais satisfeitos. Para além do investimento no desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, bem como na melhoria das condições de trabalho, exige-se também um estreitamento nas relações com os trabalhadores. O ganho para a empresa ao investir nos trabalhadores e suas famílias é considerável, pois os trabalhadores tornam-se mais dedicados, empenhados, proporcionando, muitas vezes, um ganho a nível da motivação que se traduz num maior retorno de produtividade para os accionistas (Neto e Froes, 1999). Assim, as principais características desta abordagem, consistem em proporcionar alguns benefícios, tais como o investimento no bem-estar dos trabalhadores e suas famílias, bem como na qualificação profissional, com ênfase para os programas de remuneração (salários justos), participação nos lucros, formação e desenvolvimento, capacitação/aperfeiçoamento, higiene, saúde e segurança no trabalho.

Ainda de acordo com McGlone *et al.*, (2011) é possível identificar um conjunto de políticas viradas para os trabalhadores, potenciadoras de bem-estar e, conseqüentemente, o reforço da competitividade da empresa e do desenvolvimento social. Estas políticas advogam a existência de práticas de recrutamento responsável, não discriminatório e atentas à igualdade de

oportunidades e à diversidade; inclusão de efectivos nos planos de formação e aprendizagem ao longo da vida, incentivando e estimulando desta forma o alargamento dos conhecimentos; criação de condições que permitem um melhor equilíbrio entre a esfera do trabalho e da vida privada; a preocupação com a segurança dos postos de trabalho, ou seja, a manutenção de elevados níveis de empregabilidade; existência de uma melhor informação dentro da empresa; incentivos e estímulo à prática de voluntariado; a garantia de uma remuneração que satisfaça os padrões mínimos da indústria e às necessidades básicas funcionais bem como a remunerações para atrair e reter profissionais com talento; a garantia de direitos de associação em sindicatos; a garantia de melhores condições de higiene, saúde e segurança no trabalho; a garantia da participação nos lucros e no capital da empresa; garantia das condições para a prática de actividades culturais e desportivas; garantia das condições para a preservação do meio ambiente, através de um investimento em tecnologias preservadoras do ambiente bem como educação e sensibilização ambiental; garantia da contribuição para segurança social e fundos de pensões bem como no investimento do bem-estar das famílias dos trabalhadores.

2.3.2 Dimensão externa

Esta dimensão ultrapassa a expectativa da própria empresa e estende-se à gestão das relações com as comunidades locais envolventes, os parceiros de negócio, fornecedores, accionistas, autoridades públicas, consumidores, baseados na observância dos direitos humanos e a questão da protecção do meio ambiente global (Comissão das Comunidades Europeia, 2001).

Em relação aos fornecedores, parceiros de negócio e consumidores, a empresa deve procurar a colaboração de modo a diminuir os custos e dar uma maior qualidade aos produtos e serviços prestados. Estas podem ser através de acções socialmente correctas (por exemplo, a utilização de critérios de selecção de fornecedores que vão para além da análise económica de propostas de concorrentes, sendo, por exemplo, as condições de trabalho, bem como as questões reactivas ao respeito pelos direitos humanos, meio ambiente, ética e transparência na condução dos negócios seriam alguns aspectos a considerar). Relativamente aos consumidores a disponibilização de serviços e produtos de que estes necessitam de forma transparente, ética e eficiente de modo que minimizem os riscos de danos à saúde dos utilizadores/consumidores e das pessoas no geral, garantindo o seu adequado uso, fornecendo informações detalhadas do produto e oferecendo suporte antes, durante e após o consumo (Adaptado de Silva, 2011; Oliveira, 2012).

No que tange aos accionistas, sabemos que são parte interessada, não só porque a inclusão de políticas socialmente responsáveis são susceptíveis de aumentar o valor de mercado das empresas, mas também porque preocupam-se em efectuarem as suas aplicações financeiras em empresas sólidas e coerentes, que respeitam o meio ambiente, as condições humanas e sociais dos colaboradores e que zelam pela qualidade nas relações com a comunidade (Oliveira, 2012).

No que diz respeito à comunidade local, a empresa tem de se preocupar em resolver a carência dos locais aonde estiver inserida, ajudando na implantação de centros comunitários que integram a empresa na comunidade, procurando a preservação dos recursos naturais, protecção ambiental e o reforço da sustentabilidade das comunidades. Estas acções, contribuem para melhorar a qualidade de vida da população da comunidade e consequentemente o desenvolvimento comunitário bem como o respeito aos costumes, às culturas locais, o empenho na educação e na disseminação de valores sociais através de um relacionamento ético, transparente e responsável com as minorias e instituições que representam seus interesses (Oliveira e Scwertner, 2007).

As empresas dependem em grande medida da estabilidade social, política e económica das comunidades onde se inserem. Contudo, para as comunidades também se torna um factor benéfico pois as empresas dão um contributo para a vida das comunidades, em termos de oportunidade de emprego, remunerações, impostos e outros benefícios que contribuirão para a existência de uma comunidade próspera e estável, elementos fundamentais para a viabilização de qualquer negócio (Oliveira, 2010).

Muitas empresas empenham-se em causas locais, nomeadamente pela oferta de espaços adicionais de formação, apoio de acções de promoção ambiental, recrutamento de mão-de-obra local, bem como o recrutamento de vítimas de exclusão social, a disponibilização de cuidados à infância para filhos dos trabalhadores, parceiros e comunidades, disponibilização de infra-estruturas públicas e sociais, o patrocínio de eventos culturais e desportivos a nível local e donativos para acções de caridade (Comissão das Comunidades Europeia, 2001).

A reputação de uma empresa na sua zona de implantação, a sua imagem não só enquanto empregador e produtor, mas também como agente no plano local, são factores que influenciam a competitividade e sustentabilidade (Comissão das Comunidades Europeia, 2001).

As relações empresariais junto às autoridades públicas devem considerar que a responsabilidade social começa onde a obrigação legal termina, pagando impostos, criando condições de trabalho

seguras e saudáveis, não apresentando práticas discriminatórias, respeitando a diversidade (Oliveira, 2012). Não obstante, a empresa pode ultrapassar o âmbito legal sendo mais ética e responsável, promovendo acções que contribuem para as boas relações com as autoridades governamentais, através da constante melhoria das condições sociais e políticas do país (Duarte e Torres, 2013).

A nível da observância dos Direitos Humanos, sabe-se que os mesmos são uma peça fundamental no quadro da RSE, uma vez que devem ser salvaguardados a nível dos trabalhadores, parceiros de negócio, fornecedores, autoridades públicas, consumidores, accionistas e das comunidades locais, resultado da observância do impacto das actividades da empresa (Comissão das Comunidades Europeias, 2001). Este é um tema complexo que engloba os Direitos Cívicos e Políticos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e a igualdade de oportunidades, tendo em consideração os grupos vulneráveis. A pressão da comunidade sobre as empresas e sectores leva a que estas recorram a códigos de conduta que abrangem as condições de trabalho, os direitos humanos e os aspectos ambientais, incluindo os fornecedores e subcontratados que devem, portanto, ser aplicados a todos níveis da organização e da cadeia de produção. Estes códigos têm como intuito melhorar a imagem da empresa no mercado, de forma a reduzir os riscos de uma reacção negativa, por parte dos consumidores e consequentemente da sociedade. É preciso ter em atenção que estes códigos não substituem as disposições legais e as normas vinculativas, simplesmente complementam e promovem regras mais rigorosas para aqueles que o subscrevem, sendo fundamental perceber que a sua eficácia depende de verificações regulares (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

A empresa terá que revelar, igualmente, preocupações ambientais, resultado dos efeitos provocados pela actividade empresarial nos ecossistemas, solo, água, atmosfera e a responsabilização na atenuação desses impactos, podendo ainda incorrer nos denominados “custos sociais” como forma de salvaguardar os interesses das comunidades locais (Silva, 2011). Nos “custos sociais”, a RSE implica que sejam criados mecanismos que permitam reduzir emissões poluentes através de, por exemplo, implementação de filtros que reduzam o impacto destas emissões no meio ambiente, da aquisição de maquinaria tecnologicamente evoluída e da monitorização permanente dos níveis de emissão (Silva, 2011). Porém, no caso de a empresa ultrapassar a sua “quota” (isto é, o limite máximo de emissão poluente) e não pretender/conseguir colocar-se novamente nos limites da mesma, a empresa poderá pagar uma “taxa social” para continuar a emitir os novos níveis. Todos estes custos podem caracterizar-se

como uma compensação financeira para os danos que, com a sua actividade, vão se criando no meio ambiente (Silva, 2011).

Ainda, de acordo com Neto e Froes (1999), a dimensão externa tem as suas acções focalizadas na comunidade, normalmente para o local onde são desenvolvidas as suas actividades ou locais circunvizinhos com interesse social e que contemplam a sociedade no geral. Ela traduz-se na primeira instância, na adequada integração da comunidade onde está inserida e com a qual estabelece um conjunto de relações biunívocas, fornecendo oportunidades de emprego, apoio nas acções de promoção ambiental, recrutamento de pessoas vítimas de exclusão social, na disponibilização de infra-estruturas básicas, construção de escolas (por exemplo, com objectivo de formar mão-de-obra que precisará no futuro), patrocínios em eventos culturais, desportivos, entre outras, e beneficiando da existência de uma comunidade próspera e estável.

Abdulahé (2011) afirma que os segmentos de actuação na comunidade local são acções sociais voltadas para áreas de educação, saúde, meio ambiente, desporto, cultura, recreação, assistência social, infraestruturas básicas, alimentação, agricultura, pecuária, geração de rendimento, abastecimento de água e saneamento. Ainda de acordo com Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA) (2000), afirma que os segmentos de actuação nas comunidades locais são acções sociais nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento comunitário, entre outras.

É importante referir que o processo de RSE começa de dentro para fora. Antes da empresa promover acções sociais junto à comunidade e público externo ela deve introduzir-se, dentro da empresa, como um órgão defensor e praticante da acção social, com os seus trabalhadores e as suas famílias (Neto e Froes, 1999). É necessário investir no bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias e num ambiente de trabalho saudável, além de promover diferentes comunicações, dar retorno aos accionistas, assegurar sinergias com os seus parceiros e garantir a satisfação dos seus clientes e/ou consumidores (D'ambrósio e Melo, 1999).

Assim, todos os investimentos sociais realizados pelas empresas, quer na dimensão interna assim como na externa, deverão ser objectos de um adequado planeamento, assumindo uma vertente claramente estratégica para serem estendidas como acções contínuas, através da integração voluntária das preocupações económicas, sociais e ambientais, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável (Fernandes, 2010).

2.4 Vantagens da adopção da estratégia da prática de RSE

A prática de RSE gera bons resultados, vantagens, lucros, crescimento das próprias empresas e da economia no geral (Comissão das Comunidades Europeias, 2001). Adotar uma postura empresarial responsável é proporcionar vantagens directas para a empresa, garantir a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo.

De acordo com Biorumo (2005), são apresentadas algumas das vantagens da adopção da estratégia da prática da RSE:

- a) Antecipa os problemas e os riscos que possam surgir decorrentes das suas actividades e que causam marcas profundas na imagem e sobrevivência;
- b) Permite um maior índice de inovação através do aproveitamento de oportunidades e do estímulo da criatividade que lhes traz valor acrescentado e maior qualidade percebida fidelizando os clientes;
- c) Posiciona a empresa como atente às necessidades dos novos consumidores permitindo a sua diferenciação face à concorrência e, logo, potenciando o valor percebido da marca;
- d) Provoca uma melhoria das condições de vida da comunidade, o que tem um efeito reconhecido através da melhoria da imagem da empresa e sua reputação no mercado permitindo abraçar novas oportunidades;
- e) Decorrente de todos os factores anteriores a performance económica e financeira está assegurada.

2.5 RSE em Moçambique

Um estudo realizado pela empresa de consultoria e auditoria (KPMG⁸) em 2007 revelou que a maioria das empresas moçambicanas não conhece o real conceito de RSE e que muitas delas confundem as actividades filantrópicas com responsabilidade social, como atesta a afirmação da Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias *in* Jornal Notícias do dia 13 de Novembro de 2014, quando dizia que “ *Confundimos acções de RS com patrocínios ou oferta de bicicletas, o que é importante, mas apenas se estiver inserido dentro de um programa sustentável para o local onde os meios são disponibilizados*”. Complementado com uma outra afirmação da dra

⁸ Resultado da fusão em 1987 entre a Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Goerdeler (KMG), onde K representa Klynveld, P representa Peat, M representa Marwick e G representa Goerdeler.

Linda Bernadete do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) durante a 1ª conferência e exposição sobre RSE realizada em Maputo nos dias 19 e 20 de Março de 2015 *in* Jornal Magazine nr 413, de 24 de Março de 2015, quando dizia que “*No país há ainda alguma confusão na percepção de acções esporádica a alguns centros onde vivem pessoas necessitadas, e pensam que isso faz parte da RS, quando na verdade o real conceito da RS tem que ser algo que faz parte do processo de planeamento estratégico das empresas*”.

Assim sendo, a RSE não é filantropia, mas se a filantropia traz ajuda a determinado grupo de pessoas, a RS traz efeitos a longo prazo para a comunidade inteira. Dito em outras palavras: RS ensina a pescar e não só a dar peixe para a sobrevivência.

A RSE em Moçambique encontra-se ainda numa fase embrionária, num processo lento de desenvolvimento, em certa medida resultado da existência de grupos da sociedade civil ainda em constituição; baixa incorporação na agenda do Governo; existência de poucas ONG's bem estabelecidas com plano estratégico, estrutura criada, recursos financeiros e resultados palpáveis; reduzidos incentivos e pressões às empresas para adopção de altos padrões ambientais e sociais; fraquíssima capacidade humana e institucional; inexistência de instrumentos de RSE; provável inexistência de legislação específica de RSE e ainda uma visão de curto prazo por parte de algumas empresas (Cabral, 2009).

Apesar deste cenário, Moçambique aderiu ao “*Global Compact*”⁹ em 2003 e a RSE tem sido praticada, na sua maioria, por empresas multinacionais e grandes empresas num processo, a nosso ver, irreversível. A chegada das grandes multinacionais no país, que se encontra num nível avançado nessa matéria, vem despertar o sector empresarial nacional para o real conceito de RSE. Esse facto, vem contribuir para acelerar o processo de RSE em Moçambique num processo mais abrangente, por um lado, e por outro lado as empresas começam a compreender que a solução dos problemas sociais é uma responsabilidade de todos os intervenientes numa sociedade em evolução.

O caminho da RSE é metódico e sistemático, exactamente pelo facto de ser transversal a toda a actuação da empresa, pressupondo um trabalho inicial de avaliação e auscultação de todas as partes interessadas. Sendo óbvio que este processo acarreta custos, estes não devem ser encarados como tal, mas sim como um investimento nas gerações futuras, com um enorme

⁹ Programa lançado em 1999 pelo então secretário das NU, Kofi Annan numa plataforma de políticas e quadro para as empresas com práticas de negócios sustentáveis.

impacto potencial a mais curto prazo na imagem, solidez e capacidade de adaptação da empresa a situações imprevistas, assim como no seu valor (Abdulh , 2011; Figueredo, 2012).

No que concerne ao sector extractivo (minera o, petróleo e gás), inicialmente, as empresas que exploravam estes recursos, muitas vezes pelas imposi es da legisla o internacional que regula as actividades deste g nero, especialmente aquelas definidas pelo Banco Mundial (BM) e pelas Directrizes de Desempenho Social e Ambiental da *International Finance Corporation* (IFC), eram obrigadas a integrar nos seus planos de investimento e explora o, pacotes de programas de RSE que tinham em vista a devolu o e benefício das comunidades onde estes investimentos ocorrem (WWF, sd). No entanto, a ausência de uma política nacional de RSE abria espaço para cada investidor decidisse o pacote de RS bem como a abordagem de implementa o desejada, o que de todo não era mau, porque, se por um lado estes pacotes poderiam até resolver, em alguma medida, problemas relacionados com a provisão de serviços essenciais básicos, por outro lado não se afiguravam sustentáveis com programas de desenvolvimento e devolu o pelos recursos explorados, perpetuando a dependência e promovendo a exclusão social, sobretudo no que concerne ao acesso a esses recursos pelas camadas da popula o mais vulneráveis (WWF, sd).

Este vazio legal ou orientador, aliado ao rápido crescimento deste sector, obrigou a uma profunda reflexão por parte do Governo da República de Moçambique (GRM) que culminou com uma discussão que serviu de base para o desenvolvimento de uma política de RSE no sector extractivo, através de consultas públicas regionais realizadas pelo Ministério de Recursos Minerais (MIREM). Esta ausculta o contou com o envolvimento da sociedade civil e do sector privado para determina o de ac es concretas a serem financiadas em benefício das comunidades vivendo em seu redor. A ideia   obrigar as empresas a desenhar projectos e estarem inscritos nos seus planos de desenvolvimento para o benefício das comunidades onde estão implantadas bem como para o país como um todo e dentro de um contexto de políticas governamentais e estratégia de desenvolvimento mais alargado (Adaptado do Jornal correio da manhã, 01.04.2013).

Depois da realiza o da ausculta o e discussão com todos os intervenientes, foi criada uma política de RSE para o sector extractivo, sustentando-se também em práticas internacionais do sector e submetido ao conselho de ministros, que foi aprovado através da resolu o n  21/2014, de 16 de Maio. Espera-se que esta política venha a permitir que a indústria do sector seja mais estratégica nos seus programas de RSE e apoio as metas do Governo no crescimento económico sustentável e na redu o da pobreza.

Com este instrumento, o GRM pretende assegurar benefícios do sector extractivo a favor do desenvolvimento sócio-económico dos moçambicanos, através do estabelecimento de um regime fiscal que seja justo para os investidores, mas que também maximize os ganhos para o Estado do desenvolvimento de infra-estruturas. A ideia é, também, de encorajar as empresas a implementar acções de RS junto às comunidades locais.

A política de RS para o sector extractivo é bem-vinda, mas serão precisas mais políticas de RSE para regular e orientar o exercício das empresas noutros sectores de actividades ou seja, existência de uma política global de RS para todas as empresas que querem desenvolver acções de RS, independentemente da área em que estejam a operar, de modo que se defina as linhas orientadoras a serem levadas a cabo pelas partes interessadas para uma actuação cada vez mais coordenada das acções de RS.

Mais do que um instrumento legal (obrigação legal), a RSE é voluntária. Contudo, o mais importante é o que cada empresa deve fazer em benefício da comunidade à sua volta, de modo que esta olhe para a empresa como algo benéfico para a sociedade.

Ainda no sector extractivo e mais concretamente para o desenvolvimento das regiões e comunidades onde têm lugar essas actividades, foram aprovadas pelo Governo as leis nº11/2007 e lei nº12/2007 (Lei fiscal do petróleo) de 27 de Junho, que defendem nos seus artigos nrs.19 e 11, respectivamente a canalização de uma percentagem, embora não especificada, de *royalties* para o desenvolvimento das comunidades das zonas de exploração de recursos extractivos (Jornal público de 16 de Março de 2015) mas que através da lei nº11/2013 de 7 de Janeiro que aprova o Orçamento do Estado, veio clarificar no artigo 7 que é “definido a percentagem de 2,75% das receitas geradas pela extração mineira e petrolífera para programas que se destinam ao desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos projectos”.

A RSE tem hoje, em Moçambique, o desafio de se internalizar como parte do negócio e da cultura organizacional que deve criar transversalidade, comprometer-se com todos os *stakeholders* a longo prazo, e estabelecer progressiva e permanentemente, a integração de todas as áreas da empresa, monitorando, avaliando e aperfeiçoando o processo de forma permanente.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada a metodologia usada na elaboração do presente trabalho, nomeadamente, a caracterização da pesquisa, o tipo de pesquisa, técnica de recolha de dados, técnicas de análise e tratamento de dados e questões de éticas de investigação utilizada.

3.1 Caraterização da pesquisa

Este estudo segue uma abordagem qualitativa, procurando desta forma descrever os resultados sem modificar a realidade tal como ela se apresenta do fenómeno em estudo.

A pesquisa é qualitativa porque visa responder questões particulares com um grau de realidade que não pode ser quantificado para garantir a representatividade. Trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, valores, atitudes correspondentes a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1993).

3.2 Tipo de pesquisa

Uma pesquisa pode ser classificada quanto aos fins e meios (Vergara, 1997). Quanto aos fins esta, pode classificar-se em exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória é aquela que é realizada numa área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistemático sobre um determinado assunto (Vergara, 1997). Assim, esta pesquisa é de carácter exploratório, visto que o seu principal objectivo foi de fornecer aos pesquisadores um conhecimento aprofundado de um determinado assunto, neste caso, sobre a prática de RSE no sector minero-energético, que é um tema bastante actual e pouco desenvolvido em países em vias de desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, o que constituiu um enorme desafio e um incentivo para prosseguir com o presente trabalho. Ainda de acordo com Malhotra (2006), o estudo é exploratório porque, procura obter informações a baixo custo e tem como principais características a informalidade, a criatividade e a flexibilidade de modo a alcançar-se um melhor conhecimento sobre o objecto em estudo.

A pesquisa descritiva é aquela que observa, regista e correlaciona factos e fenómenos sem manipulá-los (Mattar, 1997). Também aborda quatro aspectos: descrição, registo, análise e interpretação de fenómenos actuais, observando o seu funcionamento no presente” (Marconi & Lakatos, 1990). Deste modo, esta pesquisa é de carácter descritivo, porque apresenta a percepção

dos responsáveis directos acerca da estratégia da prática de RSE da VM bem como a descrição dos seus projectos e acções sociais praticadas com repercussões a nível da comunidade local e circunvizinha onde está inserida.

Relativamente aos meios de investigação foi classificada como estudo de caso e bibliográfica. Gil *in* Goya (2007), entende que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo aprofundado e exaustivo de um ou mais objectos que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa que seria praticamente impossível mediante outras abordagens.

Assim, neste trabalho optou-se por uma abordagem de “estudo de caso” cuja unidade de análise é uma organização (VM) onde se analisa com alguma profundidade, de forma a contextualizar a abordagem teórica com um exemplo prático. Para fundamentar e tentar perceber a estratégia da prática de RSE, aplicada a um caso prático que possibilitou um estudo aprofundado e detalhado sobre os projectos sociais e as acções sociais praticada pela organização em estudo que contribuí para a melhoria das condições de vida da população. Conclui-se que ao efectuar-se um estudo de caso seria um método importante para oferecer a resposta a esta investigação (Nogueira, 2011).

Denker e Bueno *in* Goya (2007), afirmam que o estudo de caso pode envolver exames de registos, observação de ocorrências de factos, entrevistas estruturadas e não estruturadas ou qualquer outra técnica de pesquisa. O objecto do estudo de caso, por sua vez, pode ser um indivíduo, família, um grupo ou comunidade, uma organização, um conjunto de organizações ou até uma situação para examinar aspectos variados, que pode incluir tanto um estudo de caso simples e/ou múltiplos. Para a realização deste trabalho foi utilizado o estudo de caso simples, pois aborda um único caso.

Como desvantagens para a abordagem do estudo de caso, temos: (i) falta de rigor da pesquisa, muitas vezes considerada simples ou pouco estruturada, além da pesquisa chegar a conclusões equivocadas e distorcidas do resultado pelo risco de subjectividade do investigador na avaliação do objecto de análise; (ii) não podem ser generalizados para a população, ou seja, não é possível fazer inferências para outras organizações, mas no entanto eles podem ser utilizados para expandir e generalizar teorias (Yin *in* Kono, 2006). Ainda assim, Yin (1989) defende o método, alegando que outros métodos também podem sofrer destes problemas e que, com as técnicas de pesquisa bem aplicadas, obtém-se maior rigor na recolha de dados de evidências, minimizando as desvantagens anteriormente mencionadas.

Como vantagem para a abordagem do estudo de caso temos: a flexibilidade nas técnicas de recolha de dados (pouco dispendioso) e o facto de poderem ser conduzidos em qualquer contexto social (Figueredo, 2012).

Como unidade de estudo, a escolha da organização foi por conveniência, neste caso, a VM. A opção por esta empresa deveu-se a: i) sua disponibilidade e acessibilidade em partilhar a sua experiência; ii) sua dimensão, uma vez que a empresa actua em 4 províncias, nomeadamente, Tete, Sofala, Nampula e Maputo; iii) incorporação da prática de RSE na sua estratégia empresarial em todos os locais onde a empresa actua, bem como a sua grande contribuição social.

A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado, desenvolvido em material publicado em livros, revistas, jornais, redes electrónicas, isto é, material acessível ao público no geral (Vergara, 1997). No fundo, trata-se de levantamento, selecção e documentação de bibliografia publicada e acessível sobre o assunto que esta sendo pesquisado, com o objectivo de colocar o pesquisador em contacto directo com parte do material escrito sobre o assunto.

Nesta perspectiva, esta pesquisa foi classificada como bibliográfica porque procurou explicar, explorar e abordar o tema a partir de uma análise aprofundada de materiais já publicados na literatura académica e artigos científicos com acesso no meio electrónico, como em *sites* da internet e bibliotecas virtuais, e em outras fontes e recursos, que dessem alguma sustentação à pesquisa e viabilizasse ao mesmo tempo o trabalho, como dissertações, teses, revistas, jornais, artigos científicos, documentos institucionais, boletins informativos e documentos diversos.

De uma forma resumida, para o presente estudo, adoptou-se a pesquisa exploratória e descritiva através do estudo de caso simples na VM.

3.3 Técnicas de recolha de dados

De acordo com Goya (2007), existem dois tipos de dados recolhidos numa pesquisa, nomeadamente, primários e secundários. Sendo os dados primários, aqueles obtidos a partir de informações das próprias organizações, isto é, são originais obtidos através de entrevistas. Os dados secundários provém de outras fontes como: bibliografia sobre o assunto, *sites* da internet, artigos científicos, livros, jornais, revistas, teses, dissertações, documentos institucionais (relatórios de sustentabilidade, informação pública e publicada), entre outros.

Neste estudo, a técnica utilizada na recolha de dados primários foi mediante a realização de uma entrevista semi-estruturada e pessoal, dirigida aos responsáveis com responsabilidades pelas acções da prática de RS da empresa, com base num guião pré-elaborado, composto por perguntas abertas, direccionadas ao objectivo do trabalho, conforme o anexo i que melhor direcione a entrevista com um grau de flexibilidade que ajude na obtenção de informações, permitindo que os entrevistados (as) tivessem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direcção que fosse adequada. A razão que se prende com uso deste tipo, segundo Ludke e André (2013) é, porque “[...] se desenvolve a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. A técnica para a recolha de dados secundários foi através de artigos científicos, dissertações, teses e *sites* da *internet*, para além da legislação, relatórios e documentação sobre o assunto em apreço, que consistiu na obtenção de um suporte teórico para compreender os elementos relacionados com a RSE.

Durante as entrevistas, as perguntas seguiam uma ordem lógica com o intuito de facilitar o entendimento das questões associadas à temática estudada. No entanto, a ordem das perguntas foram sendo modificadas durante a realização das entrevistas. Essas variações ocorreram devido a acontecimentos aleatórios, como interrupções e mudança de assunto por parte do entrevistado, dentre outras. Durante a recolha de dados primários, todas as entrevistas foram gravadas e, em seguida, transcritas para que se pudesse fazer a análise de conteúdo.

3.4 Técnicas de análise e tratamento de dados

Toda a pesquisa requer no fim a análise de dados recolhidos. Esta é feita na base de organização e tratamento da informação obtida com a finalidade de aferir os resultados. Para Tuckman (2000), a análise de dados consiste em preparar o texto com suficiente pormenor de modo que o leitor possa compreender os resultados à luz dos pressupostos que contribuem para a melhoria das condições de vida das comunidades locais e circunvizinhas. Assim, os dados foram analisados com base na análise de conteúdo das entrevistas e das informações obtidas nos diversos documentos de forma a permitir uma melhor compreensão ao leitor.

3.5 Questões éticas de investigação

O cumprimento de princípios éticos constitui um imperativo no processo de realização de qualquer investigação por parte do investigador (a). A exigência acentua-se quando a

investigação se insere em contexto das ciências humanas que têm o Homem como objecto ou interveniente da investigação e que os seus direitos devem ser salvaguardados e respeitados.

Sem o respeito destes princípios, o processo de investigação pode “ dificultar, prejudicar, perturbar, tornar-se enganoso, ou afectar, de qualquer outro modo, negativamente, a vida dos que participam” (Tuckman, 2000). Por este facto, ao longo do processo desta investigação sempre primou-se pela honestidade, estabelecendo acordos, explicando as responsabilidades como investigadores e solicitamos a livre e espontânea colaboração dos intervenientes no processo, antes de iniciar-se a investigação. Garantimos a confidencialidade versus anonimato da informação que obtivemos e solicitamos autorização da instituição que pertenceram os participantes e conteúdo do estudo. Para além destes princípios, respeitamos as regras fundamentais de toda a investigação científica, a fidelidade aos dados recolhidos e aos resultados que chegamos.

4. ESTUDO DE CASO DA VM.

O presente capítulo aborda a prática de RSE levada a cabo pela empresa VM, através de uma breve caracterização, missão, visão, valores, política, áreas de actuação e principais realizações, com enfoque na sua dimensão externa, muito em particular, nas comunidades locais e circunvizinhas onde a empresa opera e principalmente o Projecto Moatize.

4.1 Breve caracterização da empresa

A VM é uma subsidiária da empresa Brasileira Vale S.A. e o primeiro projecto *Greenfield* da Vale S.A. fora do Brasil, e no continente africano. A Vale S.A. é a terceira maior empresa mineradora do mundo, com operações em 30 países (vide a figura 4.1 da Vale no Mundo), empregando mais de 200 mil pessoas nos 5 continentes (entre próprios e terceiros), cotadas na bolsa de valores de São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE), Madrid (Latibel), Paris (Euronext) e Hong Kong (HKEx), nos quais desenvolve actividades de prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industriais e de logística (carvão, cobre, cobalto, minerais de ferro, níquel, fertilizantes e metais preciosos), com sede no Rio de Janeiro - Brasil.

Figura 4.1:A Vale S.A. no Mundo



Fonte: www.vale.com

A mineradora procura expandir a sua actividade a nível do continente africano, estando presente em 8 países, contribuindo cada vez mais para o desenvolvimento sócio-económico dos países em que está presente e comprometida com as práticas sustentáveis, com o meio ambiente e com as comunidades locais das regiões onde actua, respeitando a grande diversidade étnica, cultural, social e política.

A Vale S.A. está presente em Moçambique desde Novembro de 2004, quando venceu o concurso internacional aberto pelo GRM para a realização de pesquisas numa das maiores bacias carboníferas de Moatize, localizada na província de Tete (região central de Moçambique), numa área de 23.780 hectares por um período de 35 anos, contando a partir do início da operação, isto é, até pelo menos 2046. Em Junho de 2007, foi-lhe atribuído um contrato para a exploração do carvão de Moatize, cuja operação iniciou-se em Julho de 2011. Com isso quer dizer de 2004-2007 foram realizados estudos de viabilidade (pesquisa mineral), 2008 foi o início das obras de implantação da Mina de Moatize (infra-estrutura referente à exploração) e 2011 foi o ano do início das operações.

Actualmente a VM opera no segmento de carvão mineral, no distrito de Moatize, província de Tete, produzindo carvão metalúrgico (ou de coque) e térmico (ou de queima), empregando mais de 16 mil trabalhadores, entre próprios e terceiros, dos quais 87% dos trabalhadores próprios são profissionais moçambicanos que prezam pela melhoria contínua da qualidade do produto, das relações com o meio ambiente e com a comunidade, num clima organizacional interno que permitiu pela segunda vez consecutiva, em 2014, a receber o prémio do Segundo Maior Exportador do País no grupo dos megaprojectos. O carvão metalúrgico é usado na produção de aço, ferro e cimento, enquanto o carvão térmico é usado para gerar calor e energia em centrais termoelétricas.

A exploração deste carvão é efectuada através da tecnologia de ponta a céu aberto e que a capacidade instalada actualmente para a sua produção é de 11 milhões de toneladas por ano (sendo 8,5 milhões de toneladas de carvão coque e 2,5 milhões de toneladas de carvão de queima) que deverá atingir plena capacidade em 2015. O escoamento está sendo feito através da Linha Férrea de Sena até ao Porto da Beira. As vendas da VM são direccionadas para os principais mercados trans-ocêânicos, como a Ásia Oriental, as Américas, a Europa e a Índia.

Para aumentar a capacidade total de produção da mina, iniciou-se o desenvolvimento da segunda fase do projecto (Moatize II), uma expansão que adicionará 11 milhões de toneladas anuais à capacidade de produção actual, aumentando a capacidade nominal total de Moatize para 22 milhões de toneladas anuais, cujo valor estimado deste investimento está em US\$ 2,068 bilhões de dólares americanos.

Devido às limitações para escoar o carvão, através da Linha Férrea de Sena, a VM está investindo no sector da logística, através do “Corredor de Nacala”, que consiste na construção de

um sistema logístico Ferro-Portuário integrado, que ligará as instalações de Moatize, em Tete, à Terminal Marrítimo de Nacala-à-Velha, localizado em Nacala, Província de Nampula, passando por Malawi, totalizando 912 quilómetros (km), onde são previstos investimentos na ordem de 4,444 bilhões de dólares norte-americanos até 2015.

Resumidamente, em termos de instalação, a VM está em Tete, onde opera a mina de carvão; na Beira, onde existe a operação portuária, uma oficina de manutenção de locomotivas e vagões, escritório, terminal de carvão, e actividades de transbordo em alto mar para navios de maior capacidade; em Nampula, está o corredor de Nacala que é a alternativa logística que irá ligar Moatize ao Porto de Nacala-à-Velha, passando pelo Malawi, bem como a terminal portuário multiusuário de Nacala-à-Velha, que será o principal ponto de exportação do carvão da província de Tete e finalmente em Maputo, onde possui um escritório para desenvolvimento das suas actividades administrativas (vide a figura abaixo).

Figura 4.2:A Vale em Moçambique



Fonte: Publicação V+ da Vale Moçambique n°003, de 24 de Dezembro de 2014.

A estrutura accionista da VM é detida em 85% pela Vale S.A., 5% ao Estado Moçambicano e 10% para investidores nacionais.

A Mina de carvão Moatize, desde a sua implantação até hoje, contribui para dinamizar a economia moçambicana, através de:

- Geração de emprego e rendimento para os nacionais;
- Crescimento dos negócios das empresas nacionais subcontratadas;
- Estímulo e desenvolvimento de fornecedores locais de serviços e produtos;
- Desenvolvimento de capital humano através da educação e formação;
- Melhoramento significativo das infra-estruturas nacionais;
- Aumento da arrecadação da receita do Estado;
- Desenvolvimento de outras actividades económicas complementares (indústria hoteleira, comércio, transportes públicos, agricultura e pecuária, desenvolvimento de estradas e pontes, etc).

4.2 Missão, Visão, Valores, e Política da empresa

O compromisso da VM com o desenvolvimento sustentável, está fortalecido na sua missão, visão, valores e política que orientam suas actividades e investimentos.

4.2.1 Missão

A VM tem como missão: *“Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável”*.

A missão enunciada, revela que a VM acredita que o desenvolvimento sustentável só se concretiza quando seus negócios geram valor e deixam um legado social, económico e ambiental positivo nos territórios e comunidades onde opera, através da promoção de diversos projectos.

4.2.2 Visão

Tem como visão de *“ser a empresa de recursos naturais global, número um na criação de valor a longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta”*.

Esta visão, revela que, a VM empenha-se em garantir um futuro melhor para o nosso planeta, através de um forte comprometimento de responsabilidade social e ambiental nas suas operações com recurso ao estabelecimento das melhores práticas de gestão e o compromisso com o respeito aos direitos humanos, o que permite que o compromisso da VM em tornar-se na maior produtora de carvão seja uma realidade a longo prazo.

4.2.3 Valores

A VM têm a condução das suas actividades empresariais orientada por um conjunto de valores que reflectem elevados padrões éticos e morais, procurando assegurar a credibilidade e preservar a imagem da empresa, à curto e longo prazo, junto aos mercados em que actua regularmente. Os valores defendidos pela VM são:

- A vida em primeiro lugar;
- Valorizar quem faz a empresa;
- Cuidar do planeta;
- Agir de forma correcta;
- Crescer e evoluir de forma conjunta;
- Fazer acontecer.

4.2.4 Política da empresa

A VM têm-se baseado nas suas políticas de RSE, como estratégia de negócio para a promoção de sustentabilidade a longo prazo e mitigar os impactos das suas actividades. Todas essas actividades são guiadas por uma política de transparência, respeito ao direito dos accionistas, proteção ao meio ambiente, valorização das pessoas, desenvolvimento dos empregados e melhoria das condições de vida das populações nas comunidades onde a empresa opera (entrevista a sub-directora de comunicação, 2014).

Assim, a VM acredita que o bem-estar das comunidades onde está inserida é condição primordial para o sucesso dos seus projectos, e implementa o mesmo para impulsionar o desenvolvimento social através de projectos sociais e de geração de trabalho e rendimentos que possam transformar a vida dessas comunidades (entrevista a sub-directora de comunicação, 2014). *Continuamos a alinhar a nossa estratégia com a agenda nacional, com o objectivo de melhorar a vida dos moçambicanos hoje e no futuro* (entrevista a sub-directora de comunicação, 2014).

Ainda em relação às comunidades, a empresa está comprometida em deixar um legado positivo para as comunidades próximas às suas operações e projectos por meio de consolidação de uma relação de confiança, de respeito mútuo e da promoção do diálogo aberto, nos países onde opera, tendo como compromisso contribuir para a melhoria das condições de vida das populações; fortalecer o relacionamento e a comunicação; minimizar os impactos negativos; respeitar as culturas locais; realizações estruturantes e potenciar os investimentos sociais.

Os princípios fundamentais que norteiam a actuação da VM, e das suas filiais encontram-se no “Código de Ética e Conduta” que devem ser seguidos por todos que agem em nome da empresa porque são amplamente difundidos para os trabalhadores.

As acções sociais da VM são realizadas sob duas perspectivas:

- Acções que visam mitigar ou eliminar os impactos gerados por suas actividades, realizadas e coordenadas pela área de desenvolvimento social da empresa;
- Acções em cooperação com as entidades públicas, privadas e comunidades, com a missão de promover o bem-estar e desenvolvimento sócio-económico do país, realizadas e coordenadas pela Fundação Vale Moçambique.

A Fundação Vale Moçambique, é uma instituição social constituída pela VM em 2010, que actua nas comunidades onde estão as operações da empresa, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento integrado económico, ambiental e social, nos territórios, fortalecendo o capital social das comunidades e respeitando a identidade cultural local, através da cooperação com entidades públicas, privadas e comunidades por meio de acções e programas sociais voluntários, resultando em uma aplicação eficaz e qualificada dos investimentos sociais.

Estas acções, materializam-se por meio do diálogo social e das necessidades do território através de acções integradas e articuladas com o Governo provincial, distrital e as comunidades locais, isto é, a VM nunca impõe (entrevista a sub-directora de comunicação, 2014).

Dada a sua estratégia empresarial na qual a sustentabilidade e RS sempre fizeram parte da estratégia dos negócios e valores da empresa, a VM recebeu como Prémio Responsabilidade Social, em Setembro de 2014, fruto do reconhecimento do seu contributo para o desenvolvimento social do país, através da resposta às necessidades das comunidades locais.

4.3 Áreas de actuação e as principais realizações

A prática de RSE levada à cabo pela VM beneficia os trabalhadores e seus familiares, fornecedores, parceiros, Governo e a comunidade local, de uma forma geral, a sociedade. Contudo, neste trabalho, iremos nos cingir, principalmente, nas acções sociais que impulsionam o desenvolvimento da região e melhoria das condições de vida das comunidades locais e circunvizinhas, onde tem lugar as suas actividades ou comunidades afectadas pelo seu projecto.

Todas as acções da prática de RSE da VM e muito em particular os que têm foco nas comunidades locais e circunvizinhas, estão estruturadas em acções contínuas e periódicas de acordo com as necessidades da comunidade no apoio, principalmente, das seguintes áreas: educação e formação; infra-estruturas públicas e sociais; saúde; agricultura e pecuária; desporto e cultura; meio ambiente.

4.3.1 Educação e Formação

A VM acredita na educação e formação como alavanca essencial para o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, para o alcance dos resultados do negócio de forma alinhada com a visão (Relatório de sustentabilidade de 2013).

Na área de Educação, o objectivo da VM é de expandir o acesso à educação com qualidade e melhorar as taxas de registo escolar, através de novas escolas, melhores instalações e melhores recursos, de forma a contribuir para a erradicação do analfabetismo (Entrevista a Directora dos Recursos Humanos, 2014).

O sector da educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento sócio-económico do país, por isso que o “*desenvolvimento e formação das pessoas é uma das prioridades e desafios da VM*” (Directora dos Recursos Humanos (RH) da VM in publicação V+, edição 5-Dezembro de 2014). Este desenvolvimento e formação não se destinam exclusivamente aos trabalhadores, mas também às comunidades locais e circunvizinhas, bem como às comunidades afectas pelo projecto com vista a aumentar a qualificação e percentagem de contratação da mão-de-obra local, tanto para os projectos da VM, como para o mercado de trabalho no geral (Relatório de Sustentabilidade da Vale Moçambique 2013).

A VM mantém a política de contratação que prioriza candidatos locais (nascidos ou residentes na região) e o compromisso de capacitar e qualificar a mão-de-obra local, uma vez que existe escassez de uma força de trabalho local qualificada de modo a responder pela crescente demanda por bens e serviços locais (Entrevista à directora de RH, 2014). A VM está na ordem de 80% de contratação local, sendo que, em 2012 a percentagem foi de 82,1% e em 2011 foi de 80,6% (relatório de sustentabilidade da Vale S.A. de 2011 e 2012).

Nesse sentido, a VM têm apoiado continuamente este sector nas comunidades onde opera através das seguintes realizações e/ou programas:

1. Programa de formação técnico profissional: Este programa têm em vista contribuir para a melhoria das condições profissionais da população das comunidades locais e circunvizinhas onde a empresa actua, reforçando o seu compromisso na qualificação da mão-de-obra local, através da promoção, da formação e do aperfeiçoamento dos jovens e adultos, respondendo deste modo, à crescente demanda por bens e serviços locais, deixando um legado positivo para a sociedade. Este programa é composto por dois sub-programas, nomeadamente:
 - a. Programa de Preparação para o Mercado de Trabalho (PPMT), destinado a jovens e adultos com nível mínimo básico e elementar, que através de cursos de formação técnica e profissional, normalmente com a duração de 3 a 6 meses. Este, tem o propósito de oferecer oportunidades de formação e preparação para os desafios do mercado de emprego.
 - b. Programa de Formação de Jovens Aprendizizes (PFJA), destinado a jovens com 12^a classe ou ensino técnico médio profissional, com idades compreendidas entre 18 a 28 anos, que através de Programas de Formação Profissional (PFP) são capacitados nas áreas técnico-operacional (operação e manutenção de mina, ferrovia e Portos) durante um período de até 18 meses. Estas formações, iniciam-se com capacitações teóricas, seguidas de treinos práticos. Além de aprenderem um ofício, este programa, é a principal porta de entrada para os jovens que após o período de formação poderem actuar em cargos operacionais e técnico da VM, bem como em empresas parceiras. Até 2013, foram formados mais de 1033 aprendizizes e este programa contou com mais de 200 pessoas de Moçambique que assistiram aulas práticas em algumas operações no Brasil por um periodo de 6 a 9 meses.

Todas as formações são desenvolvidas por meio de parcerias com os Governos locais, distritais, provinciais; representantes comunitários; organizações do sector empresarial, instituições de ensino (escolas técnicas locais, Institutos médios e universidades) e sociedade civil, de modo a alinhar com as prioridades do Governo e necessidades específicas de cada comunidade (entrevista com Directora dos RH, 2014).

Assim, foram realizados os seguintes cursos:

- Curso de moda e confecção, carpintaria, mecânica auto, serralharia, construção civil e electricidade (vulgarmente conhecidos por “PPMT”): Participaram deste curso 315

jovens residentes nas comunidades do distrito de Moatize (Chithala, Chipanga, Bagamoyo, Malabwé e Mithela) e no final do curso foram entregues 49 *kits* de ferramentas aos melhores formandos como forma de contribuir para o desenvolvimento individual.

- Curso de corte e costura, pedreiro, serviços de restaurante e bar, electricidade e gestão de pequenos negócios (vulgarmente conhecidos por “PPMT”): Participaram desta formação 228 jovens e adultos das comunidades dos vários bairros da Cateme, no distrito de Moatize.
- Curso de corte, costura e emponderamento feminino (vulgarmente conhecidos por “PPMT”): Participaram 80 jovens e adultos de sexo feminino, provenientes de vários bairros da Cateme e 25 de Setembro, que foram capacitados nas áreas de corte e costura e gestão de pequenos negócios (vide a figura 4.3 fotografia dos participantes). A formação em corte e costura esteve centrada na confecção de produtos apreciados no mercado local e regional e que após este curso, 20 das participantes formaram uma associação onde aplicam os conhecimentos adquiridos.

Figura 4.3: Participantes do curso de corte, costura e emponderamento feminino



Fonte: www.vale.com/mozambique.

- Curso de empregados domésticos femininos (vulgarmente conhecidos por “PPMT”): Participaram 200 jovens e adultos do sexo feminino do bairro da Cateme e arredores do distrito de Moatize.
- Curso de capacitação técnica em habilidades de fábrica de blocos e pavês (vulgarmente conhecidos por “PPMT”): Participaram deste curso 30 jovens e adultos do bairro da Cateme, distrito de Moatize.
- Curso de empregados domésticos e hotelaria (vulgarmente conhecidos por “PPMT”): Participaram 200 jovens e adultos moradores da vila de Moatize, incluindo os bairros da

Cateme e 25 de Setembro que foram capacitados nas áreas de saúde, higiene, segurança, arrumação de domicílios, confecção de alimentos, jardinagem, assistência a menores e idosos, bem como ética e deontologia profissional (vide a figura abaixo).

Figura 4.4: Participantes do curso de empregados domésticos e hotelaria



Fonte: www.vale.com/mozambique.

- Curso de serralharia, electricidade, mecânica auto, construção civil, canalização, informática, corte e costura, beleza e estética (vulgarmente conhecidos por “PPMT”): Participaram cerca de 200 jovens oriundos de regiões de Nacala-à-velha e Mossuril, na província de Nampula (Zona de implantação da terminal Portuário e Ramal Ferroviário).
- Curso de aprendizes, operadores portuários e de mecânica e electricidade (vulgarmente conhecidos por “PFJA”): Participaram do curso cerca de 160 jovens do distrito de Nacala-à-velha, província de Nampula, que é o distrito onde está a ser implantado o futuro terminal portuário de Carvão. Após a formação todos os jovens integraram a operação da empresa. Dos 160 jovens participantes, 90 foram formados em operação portuária, 54 em mecânica industrial e 16 em electricidade industrial. Os primeiros meses de formação foram compostos por aulas teóricas, enquanto os restantes foram dedicados à prática. Na última fase de formação, os aprendizes foram levados à Beira, Moatize e alguns ao Brasil, para terem contacto com a realidade prática.
- Curso de operação e manutenção da mina e ferrovia (vulgarmente conhecidos por “PFJA”): Participaram da formação até 2013, mais de mil jovens provenientes da província de Tete, incluindo alguns jovens dos bairros circunvizinhos do distrito de Moatize, que receberam formação em áreas técnico operacionais de equipamentos de minas, fábrica de processamento de carvão, electricidade, com foco na manutenção industrial, maquinistas, técnico mecânico, entre outros. Estes cursos tiveram a duração de

15 a 18 meses e dentre estes, mais de 200 pessoas assistiram a aulas práticas em algumas operações da Vale S.A. no Brasil, por um período de 6 a 9 meses.

- Curso de capacitação em pedagogia para os professores do ensino básico: Participaram desta formação 120 professores oriundos das escolas básicas do distrito de Moatize.
- Curso básico de carpintaria, electricidade e construção civil (vulgarmente conhecidos por PPMT): Participaram deste curso 90 estudantes das escolas básicas do distrito de Moatize, bem como 20 professores do mesmo distrito.
- Curso de Electricidade Instaladora, Soldadura, Serralharia Civil, Montador de Estruturas Metálicas, Operador de Pá-carregadeira, Operador de Motoniveladora e Operador de Retro-Escavadora (vulgarmente conhecidos por PPMT): Participaram neste curso 279 jovens dos municípios de Tete, Moatize e distritos circunvizinhos. Este projecto foi implementado em parceria com Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP).
- Curso de informática, corte e costura e electricidade (vulgarmente conhecidos por “PPMT”): Participaram 114 jovens das regiões de Nacala e Mossuril, província de Nampula.
- Curso técnico e médio de electrónica (vulgarmente conhecidos por “PFJA”): Este curso está a decorrer neste momento, com a participação de 70 jovens das regiões de Nacala e Mossuril e têm a duração de um ano e meio através de uma parceria com a Tecnicol (Centro de Formação para o Trabalho). A meta do projecto é de formar 600 jovens locais;
- Programa Acreditar que é um projecto de cursos profissionalizantes desenvolvido pela VM, em parceria com a Escola Profissional Dom Bosco e o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) para capacitar as comunidades locais e circunvizinhas ao Projecto Moatize, mais concretamente moradores da província de Tete, destinados a jovens com maior de 18 anos e com sexta classe (do ensino local) concluído, deixando um legado positivo para a sociedade. Este programa é o resultado do compromisso da VM em atuar no desenvolvimento da mão-de-obra local e da elevação do nível educacional em projectos e nos territórios onde atuam. Entre 2012 e 2013, por meio de cursos profissionalizantes, o número de pessoas formadas por esta ação foi de aproximadamente 1.3 mil pessoas. Esta ação de capacitação de mão-de-obra local teve início em 2012 e foi concluído em 2013.

Estes cursos abrangeram um grande número de beneficiários, encontrando-se alguns desempregados. Durante a avaliação do projecto, a principal constatação foi que apesar da

abrangência existem alguns desempregados no mercado local (entrevista ao responsável do gabinete de desenvolvimento social da VM projecto Moatize).

2. Programa de Estágio: Este programa é destinado a estagiários que também se designa por Programa Porta de Entrada. Com este programa pretende-se dar oportunidades de desenvolvimento, experiência e competências profissionais aos jovens finalistas e recém-graduados de diversas áreas do ensino técnico e superior em Moçambique, principalmente os da província de Tete. Tem uma duração de um ano, podendo ser renovado por mais um ano. O estagiário é destinado para uma das áreas, onde possa realizar actividades na sua área de formação sob supervisão de um mentor mais experiente. No final, o estagiário tem a possibilidade de integrar os quadros da empresa. Até 2013, mais de 280 jovens ingressaram na VM através deste programa e destes, mais da metade foram efetivados em posições juniores.

Os candidatos seleccionados e aprovados terão os seguintes benefícios:

- Contrato a prazo;
- Subsídio de estágio;
- Subsídio de alimentação e de transporte;
- Seguro de saúde;
- Seguro de vida.

3. Programa de Especialização/Pós-Graduação: Este visa desenvolver e aperfeiçoar Engenheiros e Geólogos do mercado de trabalho, contribuindo para o suprimento da demanda por profissionais especializados. Este programa possui foco nas áreas de Mineração, Ferrovia, Portos e Segurança Ocupacional. São programas financiados pela VM e que conta com a participação de instituições de ensino superior, nacional e Internacionais (Universidade Eduardo Mondlane, Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC) entre outras Universidades Brasileiras). Em função do programa, mais de 60 moçambicanos beneficiaram-se desse programa.

4. Doação de 25 computadores bem como móveis para apetrechar a sala de informática da Escola Secundária da Ponta Gêa, Cidade da Beira, Província de Sofala.

5. Doação de livros para o apetrechamento da biblioteca da Escola Secundária da Ponta Gêa, Cidade da Beira, Cidade da Beira, Província de Sofala.

6. Doação de uma viatura de marca Toyota Land Cruis 4*4, com cabine fechada de 13 lugares ao Instituto Médio de Geologia e Minas (IMGM) de Moatize, que é usado nas aulas práticas do campo.

7. Apoio ao programa de alfabetização de adultos para as escolas da zona de influência do distrito de Moatize. Esta acção contemplou a aquisição e doação de 89 quadros escolares em 22 zonas de influência pedagógica em parceria com a Direcção Provincial e Distrital da Educação e Cultura de Tete e Moatize.

8. Apoio à capacitação do Instituto Superior Politécnico de Tete com a capacitação de 6 docentes e sua especialização em carvão, bem como o estágio de 6 meses para os melhores alunos e o intercâmbio entre os alunos de Moçambique e de Brasil.

9. Programa de Atribuição de bolsas de estudos a jovens para terminarem a 12ª Classe e nível técnico: Este programa tem como objetivo financiar as propinas e material escolar dos alunos em Moatize e Nacala, com elevados rendimentos escolares, que frequentam o nível médio e técnico. Assim, mais de 100 estudantes beneficiaram-se destas bolsas de estudo.

10. Doação de 50 computadores a Escola Secundária de Moatize.

4.3.2 Infra-estruturas públicas e sociais

Na componente das infra-estruturas públicas e sociais foram construídas, ampliadas e reabilitadas várias edificações, nomeadamente:

- Construção da clínica da noite ao abrigo do “Projecto de Clínicas Móveis”: Esta clínica serve para atender grupos de risco relacionados com HIV/SIDA, na Vila de Moatize e na Unidade 6 do bairro 25 de Setembro. Aqui, os pacientes recebem aconselhamento e testagem voluntária para HIV/SIDA, bem como para tratamento de doenças sexualmente transmissíveis. Esta construção resultou de uma parceria público-privado entre a VM e o GRM na luta contra HIV/SIDA na região da vila de Moatize.
- Doação de duas clínicas móveis ao abrigo do “Projeto de Clínicas Móveis” para os distritos de Nacala-à-Velha, Mossuril, Monapo e Meconta, todos localizados na província de Nampula. As Clínicas Móveis disponibilizam serviços de assistência básica de Saúde (Saúde materno-infantil: pré-natal, pós-parto, planeamento familiar, criança em risco, criança sadia); tuberculose; HIV/SIDA (rastreamento e tratamento); controlo da malnutrição) e

estima-se que cerca de 25 comunidades possam se beneficiar destes serviços. Os tipos de clínica: Camião contentor de dupla cabine com serviços de: laboratório, farmácia e outros. Staff: 4 (quatro) pessoas (dois enfermeiros, um técnico de medicina e um técnico de laboratório), auxiliado por um motorista que em simultâneo desempenha as funções de digitador de dados. Estas clínicas resultaram da parceria entre a VM e as empresas Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLN), Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN), Direcção Provincial de Saúde de Nampula e a Fundação Elisabeth Glaser (Uma ONG financiada pelo Governo americano, através do Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos de América (EUA) para o alívio da SIDA).

- Construção de Centro de Saúde no Bairro 25 de Setembro, no distrito de Moatize, que destina-se ao atendimento de toda população que antes tinha que percorrer grandes distâncias para ter acesso a cuidados de saúde. Esta dispõe de uma sala de serviços de emergência, uma maternidade devidamente equipada, uma sala de consulta externa, um laboratório e uma farmácia, todas devidamente equipadas e com acesso a um sistema de canalização de água.
- Reabilitação do hospital provincial de Tete: Esta intervenção objectivou a construção de uma enfermaria pediátrica e a reabilitação de uma enfermaria existente, bem como a refuncionalização da edificação para o abrigo de alojamentos para os médicos, localizada na cidade de Tete.
- Construção de um hospital no bairro 25 de Setembro, situado na vila de Moatize.
- Construção do centro de saúde no bairro da Cateme com capacidade para atender cerca de 15 mil pessoas, situado no distrito de Moatize.
- Reabilitação do Centro de Saúde da Vila de Moatize: O objectivo desta obra era a higienização dos espaços carentes, dotando as zonas mais afectadas de infra-estruturas básicas tendo com principais acções, a reabilitação do laboratório clínico, reabilitação das casas de banho existentes, reabilitação e ampliação da cozinha e lavandarias, introdução de uma nova rede de energia eléctrica e de uma nova rede de abastecimento de água.
- Construção da casa Mãe Espera no Bairro de Cateme: O objectivo desta construção destina-se a hospedar pacientes provenientes das regiões distantes do Centro de Saúde e seus acompanhantes do bairro da Cateme, na vila de Moatize. Esta infra-estrutura permite que as mulheres grávidas aguardem em segurança o dia do parto, permitindo deste modo partos seguros.
- Construção de duas represas: Esta construção destina-se a aumentar a quantidade de água disponível para o consumo humano, cultivo e consumo animal no rio Mualadzi, nas

imediações da Cateme, no distrito de Moatize. Por outro lado, a população desta vila foi submetida a um curso de capacitação em técnica de construção e manejo de represas agrícolas.

- Construção e apetrechamento da sede da Associação dos Camponenses de Mafupa ya Ndzou, localizado na localidade de Mphase, distrito de Moatize. A obra compreende, cerca de 93 metros quadrados (m²), e possui escritório, salas de aulas para associação e residência do técnico agrícola.
- Construção do Mercado Rural M'Phassi à margem da Estrada Nacional 07, no distrito de Moatize: Esta obra atende a Associação de Mafupa Ya Ndzou e as demais comunidades da região, possibilitando a comercialização das culturas produzidas.
- Construção do sistema de abastecimento de água: Esta construção destina-se a garantir o aprovisionamento de água para a comunidade do bairro da Cateme na Vila de Moatize. Foi construído por um depósito elevado com capacidade para armazenar até 500 m³ de água ligado a uma rede de 17 fontenários públicos que integra quatro (4) poços de captação de água e 11 km de tubulação de água.
- Abertura de mais de 8 furos e construção de fontenários nos diversos bairros de Moatize;
- Abertura de 5 (cinco) poços nas comunidades de Massingirine, Wamualo, Caranta, Xilapane e Napela, todos no distrito de Nacala-à-Velha, província de Nampula, pelo “Projecto Corredor Nacala” que irá abranger cerca de 15 mil pessoas residentes nestas comunidades. Para além dessas três comunidades beneficiadas directamente, os poços abertos irão servir algumas famílias que tiveram que abandonar as suas anteriores áreas de residência, abrangidas pelo projecto do Terminal Multiusuário de Nacala-à-Velha.
- Abertura de 27 furos de água, nos Distritos de Muanza, Cheringoma e Caia, para minimizar o sofrimento das comunidades, as quais percorriam quilómetros à procura daquele precioso líquido, com o risco de serem atacados por animais ferozes e atropelados na linha férrea pelo comboio.
- Apoio ao Governo distrital para melhorar o sistema de abastecimento de água à vila de Nacala-à-Velha, na província de Nampula. Para o efeito, foi firmado um acordo entre as duas partes e o Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG) para a construção de uma conduta adutora que para além de fornecer o preciso líquido às instalações de empreendimento, passaria a fazê-lo também para as comunidades locais.
- Reabilitação da estrada e respectivo sistema de drenagem: esta reabilitação destina-se a ligar a localidade de Cateme, distrito de Moatize à Estrada Nacional n° 07 (EN-7). A obra

consistiu na pavimentação com asfaltagem de mais de 8 km de via, construção de duas pontes e sistema de drenagem ao longo das estradas.

- Construção do mercado local no bairro da Cateme: Esta obra compreende um alpendre, balneários, fossa séptica, dreno, vedação e fontenário no interior do estabelecimento comercial.
- Electrificação do bairro Cateme, distrito de Moatize: A electrificação desta vila, compreendeu a construção de 30 (trinta) km de rede de baixa tensão e mais de 4 (quatro) km de rede de média tensão, bem como a montagem de 3 (três) transformadores e implantação de cerca de 900 luminárias, numa extensão de 30 km de arruamentos dentro da vila. Esta infra-estrutura permitiu a melhoria dos cabos entre a cidade de Tete, Moatize e bairro de Cateme, aumento de rede de distribuição nas ruas da Cateme, facilitando a ligação entre as residências e o aumento da iluminação pública.
- Montagem de um depósito rolante para ajudar a comunidade no transporte de água: Doação de depósitos rolantes no bairro de Cateme em Moatize. Esta solução simples e eficaz veio reduzir a carga física e o tempo de recolha e transporte de água. Estes equipamentos têm a capacidade para armazenar e transportar entre 30 a 50 litros de água. O projecto surgiu como resposta às necessidades das comunidades rurais que diariamente transportam grandes quantidades de água à cabeça.
- Reabilitação de 625 casas no bairro da Cateme (85% do total local) e 18 no bairro 25 de Setembro (10% do local), todos no distrito de Moatize.
- Disponibilização de um autocarro para realizar o transporte dos moradores entre Vila de Moatize e bairro da Cateme com capacidade de 90 lugares, duas vezes por dia, com subsídio de passagens pela VM durante o período de 2 anos. A gestão do transporte cabe à administração local.
- Obras de reestruturação das zonas alagadiças do bairro da Cateme, no distrito de Moatize para evitar a entrada de água nas residências.
- Construção da Escola Primária da Cateme no Distrito de Moatize, com uma capacidade para 1200 alunos, 10 salas de aulas e uma biblioteca. A administração da escola é da responsabilidade da Direcção Distrital da Educação.
- Construção da Escola Secundária Armando Emilio Guebuza no bairro da Cateme, no distrito de Moatize com capacidade de 650 alunos, 12 salas de aula, uma biblioteca, uma sala de informática, um centro internato para 270 alunos e um hectare de terra doado para as aulas práticas de horticultura, compostagem e processamento de mandioca. A administração da escola é da responsabilidade da Direcção Distrital da Educação.

- Construção de casas para os professores e para o Director da Escola Secundária Armando Emilio Guebuza no bairro da Cateme, do distrito de Moatize.
- Reabilitação do Centro de Formação e Emprego do distrito de Moatize.
- Reabilitação do Instituto Médio de Geologia e Minas (IMGM) de Moatize: A obra contemplou o apetrechamento necessário ao funcionamento das áreas reabilitadas (biblioteca, casas de banho, laboratórios de física, química, petrologia e carvão, sala de informática, cozinha, salas de aulas, auditório, centro académico, núcleo pedagógico e administrativo, sala de professores e reuniões, dormitórios de rapazes e raparigas e lavandaria com área de estendal) incluindo mobiliário, bibliografia, computadores, equipamentos e utensílios de cozinha, refeitório e ferramentas específicas para cursos ministrados na instituição.
- Construção, instalação e montagem do laboratório didático de carvão do IMGGM de Moatize.
- Reabilitação e ampliação da Escola Secundária da Ponta-Gêa, localizada na cidade da Beira. O principal objectivo foi de criar condições para a inserção do 2º ciclo do ensino secundário e pré-universitário (1ª e 12ª classe) na escola e, conseqüentemente, aumentar a oferta de vagas e oportunidades de estudo para os jovens. A obra contemplou a construção de 5 novas salas de aula com capacidade para 50 alunos cada e uma sala de biblioteca, reabilitação de um espaço para sala de informática, do campo de jogos e do sistema de abastecimento de água, pintura geral; compra de carteiras para o apetrechamento das salas de aula.
- Construção do Orfanato Amor às Crianças Órfãos de Moçambique (ACOMA) em Capanga, distrito de Moatize: Uma nova infra-estrutura, com capacidade para receber até 84 crianças, oferecendo adequadas condições de habitabilidade. O investimento possibilitou a construção de um sistema de abastecimento de água e reservatório, a instalação de rede de energia eléctrica e de moageira, bem como a instalação de edícula para alocação de equipamentos.
- Reabilitação e ampliação da Creche Orfanato Mundo dos Mais Pequenos, localizado no bairro Josina Machel, Cidade de Tete: Uma infra-estrutura que atende cerca de 57 crianças. O investimento possibilitou a reabilitação dos dormitórios para rapazes, construção de mais dois anexos (casa de banho e alpendre para a recreação), construção da cobertura que abriga a área de preparação de alimentos, reabilitação do sector administrativo, melhoramento de arranjos exteriores, introdução de novas redes eléctrica,

hidráulica e sanitária, onde se incluiu a construção de um reservatório de água elevado, além do apetrechamento necessário para o bom funcionamento da entidade.

- Reabilitação e ampliação do Orfanato do Centro São José de Cluny, localizado no bairro de Matema na Cidade de Tete que alberga 95 crianças e jovens orfãos e vulneráveis: com a ampliação desta obra, disponibilizaram ao orfanato nova área para o preparar de alimentos, armazém, refeitório e varanda. Igualmente foi apetrechada as infra-estruturas construídas, bem como, o melhoramento de arranjos exteriores.
- Construção de raiz do Centro Desportivo 25 de Setembro, localizado na vila de Moatize com vista a promover a massificação do desporto, assegurar para alguns jovens momentos de lazer, ocupação salutar dos tempos livres e padrões de saúde elevados. Esta obra, compreende campo de relva sintética, pista de atletismo, arquibancadas, piscina, balneários e salas multiuso para a prática de atividades desportivas, educativas e culturais. O campo de jogos tem as dimensões mínimas estipuladas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA).
- Reabilitação do posto policial do bairro da Cateme, no distrito de Moatize.
- Construção do abatedouro de frangos em Catembe, no distrito de Moatize que integram os produtores locais.
- Reabilitação do Jardim Tunduro, na Cidade de Maputo, em parceria com o Conselho Municipal de Maputo e outros parceiros.
- Doação de 200 bicicletas, de um conjunto de 750, a população do bairro da Cateme na vila Moatize, de modo a minimizar o problema dos transportes.

4.3.3 Saúde

Em Moçambique, a área de saúde ainda é muito crítica, consubstanciada pela falta de meios básicos para o bom funcionamento como é a exiguidade de recursos humanos, infra-estruturas, medicamentos entre outros. Assim, a VM preocupa-se pela saúde das comunidades locais através das seguintes acções:

- Apoio ao sistema de Socorro Móvel de emergência, na província de Tete, através da doação de quatro (4) ambulâncias de marca “Toyota Land Cruiser 4*4” devidamente equipadas e 40 rádio de comunicação destinado ao hospital provincial de Tete, Direcção de Saúde de Tete, Direcção Distrital de Moatize e Changara.
- Capacitação de profissionais de saúde da província de Tete: 20 técnicos de medicina de unidades sanitárias da província foram capacitados em matéria de assistência ao

HIV/SIDA que habilitou os referidos técnicos à prescrição da Terapia Antiretroviral (TARV). Essa capacitação ocorreu em parceria com o Ministério da Saúde, Direcção Provincial de Saúde de Tete, Universidade de Columbia dos EUA e Centro de Formação de Profissionais de Saúde de Tete.

- Doação de duas ambulâncias, uma para o centro de saúde do bairro da Cateme e outra para o centro de saúde do Bairro 25 de Setembro, todas localizadas na vila de Moatize.
- Doação de ambulâncias para o Hospital Central de Tete, Hospital Central da Cidade da Beira, Distrito de Cheringoma (Província de Sofala), Caia (Província de Sofala) e Mutarara (Província de Tete).
- Implantação de uma farmácia pública no centro de saúde do bairro da Cateme, no distrito de Moatize, cabendo ao Governo a responsabilidade de fornecer os medicamentos;
- Patrocínio de programas de nutrição na vila de Moatize. Este programa começou com a elaboração de um estudo base 0, sobre nutrição nas comunidades locais do distrito de Moatize, através de contratação de especialistas para o efeito. Para tal foram para a formação um grupo composto por 35 técnicos do sector da saúde seleccionada na direcção distrital e nas unidades sanitárias sob a supervisão da Direcção Provincial da Saúde. Nesse sentido, foram realizadas 802 demonstrações culinárias nas comunidades sanitárias e feiras de saúde, onde foram abordados vários temas, como a sensibilização dos cuidados elementares de saúde pública, com destaque para construção e uso correcto das latrinas, lavagem das mãos antes de comer e depois da utilização de sanitários, alimentação infantil, alimentação da mulher grávida, do lactente e da família com base nos alimentos localmente produzidos. Foram vincados as vantagens elementares provenientes do consumo da moringa, batata-doce de polpa alaranjada, conservação dos alimentos, higiene e saneamento do meio, assim como o tratamento de água.
- Co-financia as campanhas de sensibilização para a pulverização intradomiciliária nas comunidades do distrito de Moatize, ao abrigo do programa de prevenção e combate à malária.
- Comparticipa no programa de prevenção e combate à malária, através da pulverização domiciliária e intradomiciliária nas comunidades do distrito de Moatize e Nacala, bem como nos programas de educação as comunidades, com intuito de aprenderem a evitar o contágio e combater focus de transmissão de mosquitos, recebendo equipamentos para a proteção individual (repelentes e mosquiteiros).
- Doação de 3 (três) milhões de dólares norte-americanos ao Fundo Global de Combate ao HIV/SIDA, Tuberculose e Malária. Sendo a malária um dos principais desafios da saúde

pública no continente africano, esta doação visa ajudar no combate à doença em Moçambique e Malawi, no período de 2013-2015, através do suporte aos programas de combate à malária, organizados por esta instituição que promove parcerias entre governos, sociedade civil, sector privado e comunidades, em mais de 140 países do mundo. A malária, HIV/SIDA e tuberculose lideram a lista das doenças que mais matam em Moçambique (Jornal O País, Sexta Feira, 18 de Setembro de 2015).

- Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, a Vale iniciou em 2011 a implantação em Maputo de uma fábrica de produção de antirretrovirais e outros medicamentos a serem usados no combate ao HIV/SIDA e outras doenças. Em 2013, 52 técnicos, onde 35% são mulheres, foram formados para atuarem na fábrica. O curso de formação esteve dividido nos módulos de produção, controlo de qualidade, garantia de qualidade, gestão industrial, manutenção de equipamento e higiene, saúde e segurança no trabalho.
- Por tratar-se de uma província com elevados índices de contaminação do HIV/SIDA, a VM co-financia anualmente as campanhas de sensibilização e distribuição do uso de preservativos nas comunidades do distrito de Moatize em parceria com a Direcção Distrital de Saúde, ao abrigo do programa de combate ao HIV/SIDA.

4.3.4 Agricultura e Pecuária

A VM dinamiza a expansão produtiva, a agricultura e a pecuária. As mesmas desempenham um papel de extrema importância para o desenvolvimento da economia e nesse sentido a VM, realiza as seguintes actividades nas comunidades onde actua:

- Aquisição de sementes de milho, feijão nhemba, mapira e abóbora para todas as famílias do bairro de Cateme, localizado no distrito de Moatize, de modo a apoiar ao plantio da safra 2012/2013 ao abrigo do “*programa de fomento ao auto-sustento*” que tem como objectivo de garantir a segurança alimentar das famílias e comunidades onde a empresa opera. Nesse sentido, a VM apoia a rede de extensão agrária local, através da disponibilização de técnicos, sementes melhoradas, adubos e pesticidas. As campanhas de sensibilização nas comunidades continuam a decorrer para garantir a continuidade dos ciclos de produção.
- Mais de 16 mil mudas de árvores de frutas produzidas (litchis, mangueiras, laranjeiras, abacateiras, cajueiros entre outras espécies adaptadas ao clima da região) na “Fazenda Modelo” foram doadas às comunidades para plantio em residências, escolas e comunidades do bairro de Cateme e 25 de Setembro, ambas no distrito de Moatize, a fim

de melhorar a dieta alimentar da comunidade local ao abrigo do “*Programa de plantio de árvores de fruto*”, cujo objectivo é de melhorar a dieta alimentar, facilitando e promovendo o acesso a fruta de qualidade para o consumo. Para garantir o sucesso do programa, a VM organiza atividades de sensibilização alertando para a importância da rega e até ao momento a percentagem de sobrevivência das plantas é de 78%.

- A VM presta apoio alimentar, com doação de cestas básicas para 839 famílias do bairro de Cateme, no distrito de Moatize, para compensar a perda de safra 2011/2012, em parceria com o Governo Distrital de Moatize e o Instituto Nacional de Gestão das Calamidades (INGC).
- Instalação de 22 *kits* de sistema de irrigação para a melhoria da produção e posterior comercialização de vegetais nos bairros de Cateme e 25 de Setembro, situado na vila de Moatize. Esta ação enquadra-se no “*Projecto de hortícolas*” com capacidade de irrigar 20 hectares para a produção de hortícolas ao longo do ano, de modo a beneficiar os membros da comunidade.
- Beneficiamento de mais de 200 famílias de 100 hectáres de terra arável na plantação de culturas de espécies de rendimento, envolvendo cultura de gergelim e feijão bóer que são duas culturas adaptadas ao clima da região das comunidades do distrito de Moatize, bem como implantação de sistema de irrigação. Hoje, 100 famílias já comercializam hortícolas com um rendimento médio de 630kg/ha de gergelim/por produtor. Esta acção, enquadra-se no “*Projecto de cultura de rendimento*” com objectivo de fomentar culturas de rendimento, de modo a beneficiar os membros das comunidades.
- Beneficiamento de 50 famílias com entrega de 150 animais (100 machos e 50 fêmeas) para tração, 30 touros e 20 charruas à comunidade do bairro de Cateme, no distrito de Moatize, ao abrigo do “*Projecto de fomento pecuário*”, cujo objectivo é de apoiar e melhorar a criação e a qualidade do gado bovino para uso de tração animal na agricultura de pessoas e bens. Este Projecto inclui a formação e monitoria dos beneficiários em técnicas de manejo animal.
- Realização de feiras agropecuárias mensais dos produtos agrícolas no bairro da Cateme e na Vila de Moatize: Estas feiras fortalecem as ligações entre os pequenos e médios produtores das regiões onde actua, e cria-se canais de ligação entre eles e os grandes centros de consumo por um lado e por outro lado, estas feiras promovem também a troca de conhecimentos sobre a cultura e a gastronomia locais. Desta forma, a comunidade consegue comercializar os seus produtos agro-pecuários e artesanais.

- Projecto de produção e comercialização de frangos ou simplesmente “*Projecto de Avicultura*” em implementação desde 2012: Este projecto destina-se ao apoio ao rendimento comunitário nas regiões da vila de Moatize. Para dar início aos ciclos produtivos, cada agregado familiar recebe um lote de 300 pintos, vacinas, antibióticos, bebedouros, comedouros, aquecedores, ração e um reservatório de água com capacidade de 50 litros. Os criadores beneficiam, ainda de uma formação em produção aviária e disponibilização de suporte técnico para o acompanhamento. Nesse sentido, foram construídos 58 aviários, beneficiando famílias dos bairros de Cateme e 25 de Setembro, localizados no distrito de Moatize com a formação de produtores e oferta de suporte técnico.
- Doação de sementes aos Serviços Distritais de Agricultura e Atividades Económicas da Província de Tete.
- Reabilitação do sistema de regadio da Estação Agrária de Sussundega, província de Manica: o equipamento instalado, possibilita a irrigação por asperção e tem capacidade para atender até 13 hectares de área. Assim, os camponenses das províncias da zona centro e, dentre estas, principalmente os agricultores da província de Tete, serão beneficiados pelos resultados deste investimento.
- Implantação de uma “Fazenda Modelo”, que é um centro de ensaio e difusão de tecnologias de produção e assistência técnica agro-pecuária às comunidades de Moatize;
- Promoção da construção de represas familiares ou comunitárias de baixo custo, criando condições para a irrigação dos campos de abeberamento do gado para os camponenses das comunidades onde atua, nomeadamente no distrito de Moatize, província de Tete.
- Doação de 04 charruas, 04 carroças e 01 sulcador à Associação de Camponeses de Mafupa ya Ndzou, localidade de Mphasse no distrito de Moatize.
- Doação de 10 charruas, 10 carroças e 01 sulcador à Associação dos Camponeses de Capanga, no distrito de Moatize.
- Doação de 02 charruas, 02 carroças e 01 sulcador à Associação de Camponeses Necungas, Distrito de Moatize.
- Doação de 02 charruas, 02 carroças e 01 sulcador à Associação dos Camponeses de Mandie-Guro, Província de Manica.
- Orientação técnica através da contratação de um consultor sénior (Eng^o Agrónomo) responsável pelo repasse de tecnologias de cultivo desenvolvidas em Moçambique e no Brasil, adaptadas às condições locais, priorizando o uso de recursos naturais, gestão e uso

adequado dos recursos hídricos, colheita e comercialização. Elaboração e repasse de manuais das tecnologias aplicadas.

- Contratação de um técnico agrário, residente, provedor de orientação à Associação de Camponeses de Mafupa Ya Ndzou, no distrito de Moatize, a tempo integral, durante o período de um ano.
- Implantação do sistema de irrigação localizada para o cultivo de mandioca (0.5ha), batata-doce (0,4ha) e banana (1.1plantas em 1ha) e repasse de sementes de segunda época de hortaliças (tomate, cebola, alho, repolho, quiabo, pimento, couve, alface, abobrinha, feijão verde) e milho que deverão ser cultivados por meio de irrigação à associação de camponeses de Mafupa ya Ndozou.
- Cursos de capacitação em tracção e suplementação alimentar do gado durante o período de seca à associação de camponeses de Capanga, Necungas, Chitima e Mafupa ya Ndzou, do distrito de Moatize.
- Instalação de uma moageira, 1 piladeira, furo de água e motobomba à associação de camponeses do vale do Nhartanda, Cidade de Tete.
- Fornecimento de insumos para o Programa Nacional de Inseminação Artificial em Moçambique, uma tecnologia que visa acelerar o melhoramento genético do gado bovino, carne e leite no país. O programa consiste na promoção do uso da tecnologia de inseminação artificial junto de criadores de gado bovino em todas as províncias do país, com condições agro-ecológicas favoráveis à prática desta tecnologia de reprodução animal. Este fornecimento de insumos (material genético, *kits* de inseminação entre outros), bem como o apoio aos cursos de inseminação artificial, resulta de rubricação de protocolo de cooperação com o Ministério da Agricultura (MINAG) para a implementação do Programa Nacional de Inseminação Artificial em Moçambique, uma iniciativa criada no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Agrário.

4.3.5 Desporto e Cultura

Na área de desporto e cultura, a VM apoia o desenvolvimento do desporto e cultura, através:

- Abertura de rádio comunitária que privilegia radiofusão em línguas locais.
- Realização do programa social, com envolvimento de 400 crianças entre 9 e 14 anos em prática contínua de atividades desportivas em 10 escolas do distrito de Moatize.
- Financiamento de cursos para árbitros e treinadores de futebol na vila de Moatize.
- Organização de campeonatos e outros eventos desportivos na vila de Moatize.

- Patrocínio do festival de cultura, nomeadamente o festival de dança tradicional Nyau, considerado património da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (vide a figura abaixo).

Figura 4.5: festival de Yau



Fonte: Arquivos de fotos da VM.

- Criação de uma equipa de futebol da VM na vila de Moatize.
- Programa de Desporto Social para Desenvolvimento: O objectivo é de promover por meio do desporto, atividades físicas e lúcidas que promovam a inclusão social das crianças e jovens da região, contribuindo para a sua formação em cidadania, além de trabalhar temas como saúde, igualdade de género, entre outros. Atualmente, 431 jovens e crianças são atendidos por este programa.
- Projecto “Padawa-Padawa, contos comunitários à volta da fogueira”, cujo objectivo é de permitir a interação cultural entre várias gerações, de forma a transferir os contos e os valores culturais locais no distrito de Moatize.
- Fornecimento de equipamento desportivos a clubes de Moatize.

4.3.6 Meio Ambiente e outras áreas

A VM considera que a gestão sustentável dos recursos naturais, a preservação, conservação, recuperação e manutenção do meio ambiente como condições essenciais para a humanidade, é um dos pilares de desenvolvimento para as gerações actuais e vindouras (entrevista ao responsável pela área do meio ambiente, 2014). Estas preocupações fazem parte da missão da empresa e está totalmente ligada ao seu negócio. Deste modo, a nível das comunidades locais e circunvizinhas, as acções e/ou programas em prol do meio ambiente levadas a cabo pela VM são:

- Engajamento da comunidade dos bairros da Cateme e 25 de Setembro, localizados no distrito de Moatize, no processo de limpeza semanal dos espaços, bem como o tapamento de charcos de acumulação de água depois da época chuvosa. Essas ações contam com o envolvimento dos agentes/líderes comunitários, voluntários da empresa, grupos de voluntários da comunidade, alunos, professores e da população no geral (vide a figura abaixo).

Figura 4.6: Processo de limpeza de bairros em Moatize



Fonte: Publicação V+, n°3, de Janeiro de 2014.

- Programa de Educação Ambiental para as comunidades locais. O objectivo desta iniciativa consiste na sensibilização da comunidade para a manutenção e limpeza dos seus espaços. Os residentes das comunidades são informados e sensibilizados sobre a importância da eliminação e correcto tratamento do lixo para a redução de potenciais transmissores de doenças. Esta acção, prevê a transmissão pedagógica de uma cultura de limpeza às comunidades. Paralelamente são capacitados jovens das comunidades, em matéria de educação ambiental, que atuarão como sensibilizadores nas suas comunidades.
- Instalação da dessalizador no “Projecto do Corredor de Nacala”, na província de Nampula que funciona através da captação e tratamento da água do mar e tem como objectivo a distribuição de água doce e de boa qualidade para diversos fins, sem causar impactos nas reservas da região que, além de raras, são utilizadas pela população local.
- Doação de 50 kits de 4 lixeiras ao Conselho Municipal da Vila de Moatize que foram instaladas nas escolas, centro de saúde e pontos favoráveis da comunidade local.
- Lançamento de dois (2) livros de registo para flora e a fauna da região de Moatize, local onde opera a empresa.
- Promoção da arborização e melhoria da praça de Cateme, na vila de Moatize, que é um dos espaços mais emblemáticos do bairro, que tem como objectivo de melhorar a paisagem da Cateme. O projecto envolve comunidades locais, trabalhadores contratados, grupos de voluntários e a equipa de viveiros de muda da VM (vide a figura abaixo).

Figura 4.7: Processo de melhoria da praça da Cateme, Moatize



Fonte: Publicação V+, n°4, de Junho de 2014.

- Doação de mais de 17 mil mudas e formação das comunidades locais e instituições (escolas, governo local e órgãos ambientais) de Tete, Moatize e Nacala, como forma de estimular o plantio de árvores na região e contribuir para a preservação da flora regional bem como recuperação de áreas degradadas.
- Formação de 97 monitores sociais em Nampula em matéria de gestão de resíduos, cujo objectivo era de capacitá-los e dotá-los de boas práticas de gestão de resíduos de tal forma que eles também, sendo monitores sociais, possam sensibilizar as comunidades ao longo do corredor sobre a matéria.
- Criação da Área de Protecção Ambiental (APA), que reflete o compromisso com a conservação dos recursos naturais e da riqueza natural de Moçambique, tendo identificado cerca de 8 mil hectares da sua concessão, em Tete, para a criação da APA. A APA assegura a manutenção da biodiversidade e preservação da flora e fauna local. Espera-se que contribua, também, para a criação de parcerias com instituições locais que dinamizem a investigação e conhecimento científico nacional; promoção do conhecimento da população local, valorização da cultura tradicional, consciencialização ambiental e conhecimento de práticas de exploração florestal sustentáveis.
- Programa de Preservação da Flora: a VM mantém dois viveiros da flora nativa, um em Moatize e outro em Nacala, onde são produzidos mais de 90 mil mudas de plantas locais, em dois viveiros localizados em Moatize (no caso de Tete, são cerca de 20 espécies distintas das quais se destacam os Embondeiros, Canhueiro e Ntondo, plantas típicas desta região) e Nacala (16 espécies diferentes), bem como a produção de cerca de 1 tonelada de sementes, com vista à recuperação e revegetação das áreas sob sua intervenção. Nestes locais, técnicos especializados preservam plantas da flora nativa que

irão garantir o respeito pela natureza ao longo do processo produtivo e também para incentivar o plantio de árvores e a preservação da flora regional.

A empresa investiu no levantamento detalhado da flora, estimando o volume de madeira das formações naturais na área de implantação da mina, tendo identificado e marcado as árvores que seriam preservadas, para possibilitar a manutenção da biodiversidade local e preparar a futura reabilitação das espécies nativas. Foram preservadas 7,9 mil árvores nativas, entre elas os embondeiros, espécie de destaque na região.

O viveiro de reprodução de mudas do projecto de Moatize tem se dedicado a recolha, armazenamento e plantio de sementes de espécies nativas da região, sendo a maior parte das mudas destinadas ao processo de revegetação e recuperação das áreas degradadas na fase de implantação do projecto.

Atualmente, o viveiro reúne 47 espécie da flora local, incluindo baobá, marula, Sewa e Ntsanha. Já foram produzidas mais de 100 mil mudas, das quais 31.500 em 2013.

- Programa de Preservação da Fauna: toda a interferência em áreas com vegetação é acompanhada por profissionais que têm a função de garantir que os animais sejam retirados de forma segura. Após a realização do resgate, os animais são libertados em áreas protegidas e monitorizadas para garantir um convívio equilibrado entre a natureza e actividades produtivas. Como resultado, cerca de 2 mil animais estão sendo protegidos e aproximadamente 3 mil foram resgatados, entre eles, cobras, ratos, passáros e gazelas.
- Revegetação: antes de qualquer intervenção, realiza-se o levantamento das espécies de plantas e reuni-se as sementes para a produção de mudas. Após a utilização da área, é realizado o processo de revegetação com as mudas nativas da própria região. Com este programa, busca-se a reabilitação do ambiente para outras actividades a serem desenvolvidas.
- Programa de Recursos Hídricos: tratam 100% dos efluentes líquidos gerados na operação. Os esgotos são tratados na Estação de Tratamento de Esgotos, os efluentes industriais (água do lavrador de equipamentos), por exemplo, são tratados num separador de Água e Óleo e o rejeito da Usina é tratada na Barragem de Rejeitos. Todo o efluente tratado é reaproveitado no nosso processo. Com isso, reduzimos a quantidade de água captada na Natureza.

- Operação Sustentável em Alto Mar: desde Abril de 2012, a VM iniciou o controlo ambiental da qualidade da água do mar nas operações de transbordo e também realiza a monitoria da biodiversidade marítima. Estas operações de controlo acontecem bimestralmente. Nos navios Bulk Zamezi e Bulk Limpopo (vide a figura 4.8) é feita a gestão de resíduos, de produtos químicos, das emissões atmosféricas e das águas de lastro, conforme as normas internacionais de gestão ambiental de navios, Marpol. Por fim, são observados o ritmo do deslocamento dos navios da Baía de Sofala, pois eles têm que respeitar as velocidades estipuladas pelo Plano de Gestão Ambiental e a administração portuária para evitar impactos no mar e acidentes com animais marítimos de grande porte como baleias e tubarões.

Figura 4.8: Navios Bulk Zamezi e Bulk Limpopo



Fonte: Publicação V+, n.º4, de Junho de 2014.

- Programa de Reciclagem de Resíduos: todos os resíduos são destinados de forma correcta. Após a separação, os resíduos (óleos, graxas, solventes, bactérias, etc) são destinados para o Galpão de Armazenamento de Resíduos Perigosos; os resíduos recicláveis (papel, plástico, metal, madeira, etc) são separados e armazenados e o destino final é a reciclagem ou reutilização. Aqueles resíduos que não são reaproveitados são acondicionados num Aterro Sanitário. Em Nacala-à-Velha, província de Nampula, foi aberta uma “oficina de reciclagem do material descartado”, assim a oficina faz a recolha de todos os resíduos produzidos nas frentes da obra que anteriormente eram destinados a lixeira. O objectivo desta iniciativa é garantir um destino sustentável dos resíduos produzidos nas operações do Projecto e, em simultâneo, formar jovens com práticas de reutilização de resíduos para a produção de utensílios e/ou objectos artísticos (vide a figura 4.9). No distrito de Moatize, a empresa conta com a central de materiais descartáveis (CMD) onde são destinados e acondicionados os resíduos gerados pela

unidade operacional e existe um “Projecto de Reciclagem dos Resíduos” que consiste na produção de peças como quadros, vasos de flores, brinquedos para crianças e outros objectos de decoração a partir de materiais descartados, no distrito de Moatize, província de Tete. Cerca de 80% da água do processo produtivo é reciclada.

Figura 4.9:Exemplo de material reciclado que gera peça artística



Fonte: Publicação V+, n°4, de Junho de 2014.

- Realiza investimentos em tecnologias de ponta e ações de controlo do consumo de modo a antecipar, mitigar e de atender integralmente a todos requisitos legais.
- Foi implementado um Sistema de Gestão Ambiental certificada pela norma ISO 14001, que estabelece directrizes e metas, monitora a evolução do desempenho ambiental e fornece ferramentas para gerir os aspectos ambientais relacionados às actividades, aos produtos e serviços da empresa.
- Plantação de mais de mil mudas de mangal na zona de Ndjalane, que dista mais de 40 km da cidade da Beira, para a protecção costeira e fazer face a erosão progressiva provocada, sobretudo pelas ondas do mar, que constitui uma séria ameaça à existência física da Cidade. Esta ação foi realizada em parceria com a Direcção Provincial para a Coordenação de Ação Ambiental de Sofala (vide a figura abaixo).

Figura 4.10:Plantio de mudas em Ndjalane



Fonte: Publicacao V+, edição 5, Dezembro de 2014.

- Programa de Educação Ambiental nas Escolas da Cateme e de 25 de Setembro: este programa procura estimular, a nível escolar, sobre a importância da preservação dos recursos naturais. Para tal, oferece cursos de capacitação dirigida a professores e alunos com vários temas, entre eles: educação ambiental, Gestão de Resíduos Sólidos na Escola, Saneamento do Meio e Qualidade de Vida. Além disso, são realizadas visitas de alunos às instalações da VM, durante as quais são transmitidos assuntos relacionados com o meio ambiente e assistem às demonstrações de projectos da VM nessa matéria.
- Construção de um aterro sanitário no distrito de Moatize para acabar com a lixeira a céu aberto.
- Levantamento de um estudo para a construção de latrinas melhoradas.
- Doação ao Município de Moatize de uma viatura basculante para a recolha de lixo com vista a acelerar o processo de remoção, tratamento e deposição dos resíduos sólidos urbanos.
- Programas de campanhas de segurança e prevenção de acidentes nas vias rodoviárias, ferroviárias, marrítimas e locais com obras, em escolas, mercados e outros aglomerados populacionais, através de sensibilização e informação das comunidades de Sofala, Tete e Nacala, sobre a prevenção de acidentes e medidas de segurança no convívio com viaturas, equipamentos de grande porte, bem como a circulação de comboios e navios. A campanha abrange a população e tem sido levada a cabo em diversas comunidades, mercados, escolas, ruas, avenidas, sedes dos bairros e centros de maior aglomeração nas comunidades. A mesma campanha inclui palestras educativas sobre as melhores práticas na circulação ao longo das vias rodoviária, ferroviária e marrítima, peças teatrais sobre segurança bem como *spots* na rádio (Programa radiofónico, “Via Segura, Vida Segura”) que tem servido para captar o interesse da comunidade por ser uma forma lúcida de repasse de mensagens, levando a resultados que fortalecem o diálogo social. A campanha de segurança social visa fortalecer a comunicação com distintos actores sociais para a transformação do comportamento quanto à percepção de potenciais riscos no âmbito rodoviário, ferroviário e marrítimo e, assim, garantir a viabilidade do empreendimento. Em Moatize (bairros de Bagamoyo e 1º de Maio, (situados próximos da área da expansão da operação de lavra, Secção 3 e 4) estas campanhas de indução de segurança para as comunidades se justificam em virtude da população residente estarem a romper a cerca da vedação, criando acesso no interior da área operacional para aceder a outras comunidades, recolha de lenha e fabrico de tijolo, ignorando os riscos para a sua segurança. A mesma visa sensibilizar as comunidades residentes sobre a necessidade de

se respeitar as orientações de segurança nas proximidades da área operacional (vide as figuras abaixo).

Figura 4.11: Road Show de sensibilização sobre segurança no trânsito nas comunidades em Nampula



Fonte: Boletim Informativo: Projecto Corredor Nacala, Ano: III, Nº 7, Janeiro 2015.

Figura 4.12: Teatro e sensibilização sobre segurança Rodoviária nas comunidades em Nacala



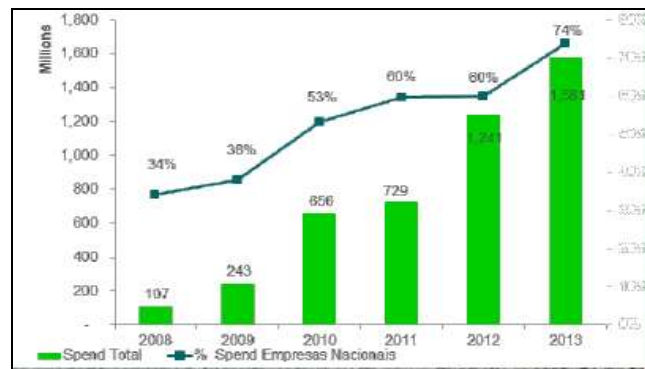
Fonte: Boletim Informativo: Projecto Corredor Nacala, Ano: III, Nº 7, Janeiro 2015.

- Abertura para visitação pública da VM, onde estratos diferenciados da sociedade podem conhecer a empresa (incluem-se familiares dos trabalhadores, membros das comunidades locais, líderes comunitários e religiosos, da sociedade civil, das instituições públicas e privadas, do Governo, entre outros), para expor preocupações e obter esclarecimento. Mais de 3 mil visitantes, puderam conhecer a empresa de perto; a Mina de Carvão (Moatize), o Terminal de Carvão Cais 8 (Beira) e o Projecto Corredor Nacala (Nampula).
- Programa de Relacionamento com a Comunidade”, reforçando o diálogo social com as comunidades e outras partes interessadas em zonas directamente afectadas pelo projecto (zonas de reassentamento, na área da concessão e nas comunidades à volta da área da concessão mineira e nas zonas circunvizinhas), e garantindo fidelidade do processo comunicativo. Assim, foi introduzido a figura do agente comunitário nas comunidades que permite a comunicação da empresa com a comunidade, é realizado também o

atendimento individual, nos Centros de Atendimento Comunitário da Cateme, 25 de Setembro, na área de concessão da VM, em Moatize e em Nacala. Os centros de atendimento são espaços comunitários destinados ao apoio à prestação de serviços e fomento de atividades económicas e cívicas, com vista a contribuir para uma gestão e desenvolvimento local. Dentro desse âmbito foram abertas as linhas directas telefónicas de atendimento com às comunidades, cujo objectivo é de intensificar a relação de proximidade com os clientes e demais parceiros dos projectos, operações da VM. Por outro lado, a empresa patrocina o programa radiofónico “Carvão e Desenvolvimento” em língua local (nyúngwe), província de Tete, na Rádio Moçambique bem instalação da rádio comunitário no bairro de Cateme, na vila de Moatize e em Nacala-à-Velha em Nampula. Adicionalmente são promovidas cinema na comunidade, biblioteca móvel e palestras nas escolas onde se abordam a Responsabilidade Social da VM, nesse sentido foram levadas a cabo, duas palestras nas escolas pré-universitárias da Ponta-Gêa e Samora Machel na cidade da Beira inseridas no âmbito de fortalecimento das relações com as comunidades onde a VM actua e nesse sentido deram a conhecer as diferentes atividades de RS e ambiental. Estes são um dos meios de comunicação com as comunidades da VM.

- Programa de desenvolvimento de fornecedores locais: uma das iniciativas no fortalecimento da cadeia de fornecimentos é o “*Inove*”, programa de desenvolvimento do conteúdo local que apoia os fornecedores de cada região por meio de capacitação, facilitação de linhas de crédito e incentivo à realização de negócios. Em 2013, foram investidos cerca de US\$ 415 milhões de dólares norte-americanos em financiamentos e créditos. Além disso, cerca de 700 empresas participaram em cursos presenciais e à distância. O desempenho dos fornecedores locais é avaliado pelo Índice de Desempenho dos Fornecedores (IDF), programa que avalia trimestralmente os fornecedores de serviços e materiais nas seguintes dimensões: técnica, saúde e segurança, meio ambiente, cumprimento de obrigações legais, trabalhistas e sustentabilidade. Com essas iniciativas, espera-se incentivar os fornecedores na adoção de políticas e diretrizes de sustentabilidade da VM. As compras locais alcançaram 67%, quatro pontos percentuais acima do ano 2013 (Relatório de Sustentabilidade de 2014 da Vale S.A.).

Gráfico 4. 1: Volume da aposta nas empresas locais



Fonte: Relatório das actividades da VM.

O gráfico 4.1 indica que o volume na aposta em empresas locais tem vindo a aumentar, por exemplo, no ano de 2012, foram gastos cerca 1,3 bilhões de dólares norte-americanos na execução das suas atividades com 60% para as empresas locais enquanto no ano de 2013 foram gastos cerca de 1,6 bilhões de dólares norte-americanos na execução das suas atividades com 74% para as empresas locais.

Como atesta a afirmação de Ricard Saad, Director da VM, “a contratação de fornecedores locais é prioridade para a VM em todas as regiões onde opera” (Publicação V+, edição 3, Janeiro de 2014).

O programa, permitiu:

- a) O fornecimento de mais de 30 mil peças de uniformes dos funcionários da VM, realizado por uma empresa local em parceria com uma empresa Sul-Africana.
 - b) O fornecimento de cerca de 850 mil travessas de betão por ano, destinados à operação na província de Nampula, distrito de Namialo, através de uma *joint Venture* entre duas empresas locais e uma Italiana. Esta selecção foi realizada entre a empresa Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e a VM.
- Projecto de Micro Finanças Rurais: este projecto de finanças rurais resultou de uma proposta submetida à VM pelo Gabinete de Apoio e Consultoria a Pequenas Indústrias-Sociedade de Investimentos (GAPI-SI), e prevê a criação de dez Grupos de Poupança e Empréstimos (GPE), envolvendo 300 pessoas residentes no bairro da Cateme e 25 de Setembro, na vila de Moatize, com objectivo de suportar o programa de finanças rurais que visa aumentar a capacidade de geração de rendimentos e autoestima de um segmento

da população economicamente desfavorecida. Este projecto contemplou a formação nas componentes de Associativismo, Liderança, Gestão e Desenvolvimento de negócios que em 2014, envolveu 438 chefes de famílias, dos quais, mais de 60% eram mulheres.

- Implantação de “Modelo de Gestão *Issues e Stakeholders*”, integrando processos de gestão de demandas da comunidade, questões críticas, matriz de *stakeholders*, estratégias e dispêndios sociais associados para o relacionamento com a comunidade local. Este modelo está implantado no Brasil, iniciado em Moçambique em 2013 e fornece informações estruturadas para a tomada de decisões que permitem a mitigação dos impactos e a promoção de boas relações com as partes interessadas (Comunidades Locais, Governos, as ONG’s e outras instituições).
- A VM tem apoiado as vítimas das cheias em Moçambique através da doação de recursos financeiros (Foram doados mais de 500 mil dólares norte-americanos em 2014, mais de 491 mil dólares norte-americanos em 2013 e 15 milhões de meticais em 2012 para o apoio de vítimas de cheias) ao Instituto Nacional de Gestão das Calamidades Naturais (INGC).

4.4 Investimentos sociais realizados

A VM, investiu mais de 90 milhões de dólares norte-americanos em acções sociais, incluindo o reassentamento das famílias nas áreas concessionadas até o ano 2013 (entrevista à sub-directora de comunicação, 2014).

De acordo com a tabela 4.1, entre 2011-2013, foram aplicados, no seu todo, cerca de 77,3 milhões de dólares norte-americanos em acções sócio-ambientais, dos quais 74% foram destinados à área social e 26% para área ambiental. Por outro lado, através da mesma tabela e durante o período acima descrito é notório um maior investimento sócio-ambiental no ano de 2012, relativamente a outros anos, o que pode ser justificado pelo início das obras da expansão de Moatize II e Corredor de Nacala, onde foram realizados grandes investimentos sendo acompanhados com acções sociais relevantes.

Tabela 4. 1: Investimentos sociais da VM realizados durante os anos de 2011-2013 em milhões de dólares norte-americanos

Anos \ Áreas	2011	2012	2013	Total
Ambiental	1,0	10,0	9,4	20,4
Social	6,4	26,8	23,7	56,9
Total	7,4	36,8	33,7	77,3

Fonte: Adaptado do Relatório de Sustentabilidade da VM 2013.

Em 2013, foram aplicados 23,7 milhões de dólares norte-americanos, tendo sido as infra-estruturas sociais e públicas como responsáveis por grande parte dos recursos aplicados em acções sociais (53,8%), que incluiu (reabilitação das moradias, sistema de distribuição de água, instalação de rede eléctrica, construção de cisternas e outras edificações públicas), seguido da área de desenvolvimento humano e económico com 33,8% (capacitação da mão-de-obra local, campanhas de engajamento da comunidade e de segurança, obras de prevenção de acidentes em vias rodoviárias, indemnização à população e programas de desporto social, doação de mudas de frutas a residências, escolas e comunidades vizinhas, instalação de rádio comunitária, entre outros) (vide a tabela abaixo).

Tabela 4. 2: Dispendio social da VM em 2013 em milhões de dólares norte-americanos

Eixo de atuação	Valor em dólar (USD milhões)	Porcentagem (%)
Infra-estruturas sociais e Públicas	12,7	53,8%
Desenvolvimento humano e económico	8,0	33,8%
Gestão de Impacto	3,0	12,4%
TOTAL	23,7	100%

Fonte: adaptado do Relatório de Sustentabilidade da VM de 2013.

Os dados indicam que os investimentos dos anos anteriores por parte da VM foram aplicados em acções de responsabilidade social com foco nas comunidades locais e circunvizinhas das áreas onde a empresa está inserida.

4.5 Análise dos resultados

Neste item procede-se à análise dos resultados através da sua interpretação à luz dos pressupostos que contribuem para a melhoria das condições de vida da população da comunidade local e desenvolvimento das regiões onde a empresa está inserida.

A estratégia de gestão da prática de RSE da VM é partilhada entre a área de desenvolvimento social e a fundação vale de modo a aumentar a dinâmica e a efectividade no tratamento das questões sociais, através da disponibilização de verbas para o desenvolvimento das suas acções. A existência dessas áreas, demonstra o grau de importância e o compromisso com a prática de RSE por parte da VM, o que permite afirmar que a RSE é um dos valores da organização estudada e inserida na sua estratégia empresarial, por não serem esporádicos e por serem estrategicamente planeados pela empresa.

Percebe-se que as acções da prática de RSE da VM estão de certa forma alinhadas com as prioridades do Governo e necessidades da população-alvo, de modo a evitar a duplicação de esforços na melhoria das condições de vida das comunidades locais e circunvizinhas onde a empresa exerce a sua actividade.

Uma das posturas que representa a inserção de uma cultura empresarial é a adopção do “Código de Ética e Conduta” no interior das organizações, que são usados como instrumentos orientadores de comportamentos, controlando a regulamentação interna das empresas e contendo regras explícitas para a tomada de decisões, fortalecendo a convicção de que a moral e a ética, além de serem um preceito normativo, reflectem a boa conduta almejada pela sociedade e na VM está patente este instrumento orientador e divulgado a todos trabalhadores.

A empresa realiza a publicação das acções sociais em suas *homepages* da internet e nos relatórios de sustentabilidade, que tem como objectivo apresentar à sociedade as suas acções, projectos e directrizes desenvolvidas no contexto de RSE. Na verdade, funciona como prestação de contas à comunidade e à sociedade, de um modo geral, numa clara demonstração de interacção e quem as publica obtém vantagens perante a sociedade, como um todo, permitindo uma maior transparência ao tornar pública as actividades sociais da empresa. Segundo Grzybowski (2006), a publicação das acções sociais não são instrumentos de *marketing* mas sim instrumento de gestão, uma vez que é através desse relatório que os gestores poderão identificar os seus pontos fracos e fortes, e, direccionar os seus investimentos de forma eficaz, ou seja, essa acção reforça também o compromisso da VM com a ética.

Na execução das acções sociais, a VM conta com diversos parceiros e cooperação, sendo os órgãos públicos (Governos provinciais e distritais) maiores aliados. Outros parceiros, nomeadamente, organizações comunitárias, instituições de ensino, organizações empresariais e ONG's estão também presentes nas actividades sociais. Essa parceria promove um maior

engajamento de todos, possibilitando acções sociais de proporções cada vez maiores e mais transformadoras da realidade por forma a atingir-se resultados sustentáveis.

Na execução das acções sociais em diversas áreas, verifica-se que são utilizados vários instrumentos, nomeadamente: doações filantrópicas de recursos materiais e equipamentos; investimento em projectos sociais para as comunidades; patrocínios a causas sociais; apoio de programas do Governo; investimento no meio ambiente e emprego solidário como, recrutamento de mão-de-obra-local, contratação de serviços e produtos locais, integração dos jovens nas suas operações.

Moçambique é maioritariamente um país rural, sendo notório o investimento da VM nas acções sociais na área da agricultura e pecuária que permite, aumentar a produtividade agro-pecuária melhora da dieta alimentar das famílias, aumentar a taxa de auto-emprego nas comunidades e conseqüentemente o desenvolvimento local. Todos esses benefícios são possíveis graças ao investimento, por parte da VM na promoção de diversos projectos sociais, nomeadamente, produção de culturas de rendimento; plantio de árvores de frutas; fomento ao auto-sustento; hortícolas; fomento-pecuário; avicultura; promoção da construção de represas de baixo custo e realização de feiras agro-pecuárias mensais entre outros. Estas iniciativas da VM também contribuem para a auto-suficiência das famílias, através do consumo e para comercialização, levando ao melhoramento do rendimento financeiro das famílias;

Como resultado destas iniciativas na área da agricultura e pecuária, emergem nas comunidades dos bairros de Cateme, 25 de Setembro e arredores do distrito de Moatize, avicultores e produtores de referência, fornecendo frangos e hortaliças para o mercado local e circunvizinho (Publicação V+, edição 5, Dezembro de 2014). Por outro lado, o melhor agricultor do país do ano 2013 foi um beneficiário residente em Cateme, distrito de Moatize, resultado da implementação dos projectos sociais da VM (Publicação V+, edição 5, Dezembro de 2014). O programa de geração de rendimento na produção de frangos implementado pela VM, deu origem a um grupo de 70 famílias que produzem galinhas e abastecem o mercado do município da vila de Moatize, cidade de Tete e aldeias vizinhas, uma acção que paulatinamente concorre para minimização da carência de carne de frango nacional e, por outro lado, reduzindo o consumo do que é importado do Brasil (Jornal Notícias do dia 11 de Junho de 2015).

De acordo com Afonso Miniño¹⁰, Presidente da associação dos avicultores de Cateme, diz que *“Com avicultura temos o básico para sustentar a nossa família, pagar a educação dos nossos filhos, investir em outro negócio e até para construir casa”*. Os benefícios são sustentados com uma outra afirmação referindo que *“dos 70 membros registados na associação, 47 são mulheres e todos têm bom desempenho no negócio”* (Publicação V+, Nº 6, 2015).

Anita Sicosse¹¹, uma das avicultoras residentes em Cateme que aderiu ao projecto avícola em 2012, passou pela instrução no aviário escola, após demonstrar bom desempenho em 3 rotações com acompanhamento dos técnicos da VM, passou a criar os frangos de forma independente e hoje afirma que *“Este negócio é muito bom e o ano de 2014 foi um bom ano para mim e com avicultura consegui construir a minha casa de 4 quartos, comprei electrodomésticos, melhorei a minha alimentação e compro regularmente vestuário e material escolar para meus filhos”* (Publicação V+, Nº 6, 2015).

Alfredo João¹², um dos criadores de frangos ao abrigo do projecto avícola da VM, que não hesitou também em afirmar que *“o programa está a contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias, uma vez que com este negócio temos conseguido o básico para sustentarmos as nossas famílias bem como em investir em outros negócios”*, tendo por isso elogiado a iniciativa levada a cabo pela VM (Jornal Notícias do dia 11 de Junho de 2015). Finalmente, Natália Gonçalves¹³, residente em Moatize, abraçou o projecto de produção de hortícolas da VM e hoje dedica-se ao cultivo de hortaliças. Ela afirma que *“com este negócio consegue assegurar a educação dos seus 3 filhos”* (Jornal Notícias do dia 11 de Junho de 2015).

Existe um investimento social da VM no sistema de abastecimento de água, suas infra-estruturas e saneamento que resultarão em ganhos sociais e económicos substanciais nas comunidades onde estão sendo levadas a cabo essas acções.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) in Jornal Notícias do dia 24 de Março de 2015, 49 em cada 100 moçambicanos usam fontes melhoradas de abastecimento de água e somente 21 em cada 100 dispõem de infra-estruturas melhoradas de saneamento. Estes

¹⁰ Nome fictício

¹¹ Nome fictício

¹² Nome fictício

¹³ Nome fictício

indicadores evidenciam um problema que o país enfrenta neste sector com vista ao combate à pobreza absoluta e existe ainda muito trabalho a ser levado a cabo de forma a melhorar o cenário, uma vez que o acesso à água é um direito humano fundamental e indispensável para a realização da agenda pós-2015.

A VM tem contribuído para a melhoria do acesso à água e saneamento nas comunidades locais e circunvizinhas onde está inserido através de construção de represas, construção de depósito elevado com capacidade para armazenar até 500 m³ de água ligado a uma rede de 17 fontenários públicos, doação de depósitos rolantes, abertura de furos e construção de fontenários nos diversos bairros, abertura de poços nas várias comunidades. Adicionalmente a VM deu, apoio ao Governo distrital a melhorar o sistema de abastecimento de água; engajamento da comunidade na limpeza semanal dos seus espaços; doação de *kits* de lixeiras espalhados um pouco pelas ruas, escolas; obras de reestruturação de zonas alagadiças; construção de mercados rurais, construção de um aterro sanitário, doação de uma viatura basculante para a recolha de lixo entre outras acções. Estes apoios e acções são fundamentais porque ajudará na redução de algumas epidemias como cólera, diarreia e outras doenças facilmente evitáveis. Por outro lado, em muitos países africanos, incluindo Moçambique, muitas comunidades dependem de rios como principal fonte de água onde as mulheres, crianças e raparigas são encarregues de trazer água para higiene, outras necessidades fisiológicas, domésticas e consumo para suas famílias que pode exigir muitas horas de tempo, devido a distâncias longiguas das suas habitações.

A implementação destas infraestruturas beneficiará as mulheres e raparigas, uma vez que o tempo para frequentarem a escola aumentará e desigualdades sociais reduzirão.

Na área da saúde, é notório a preocupação da VM pela saúde das comunidades locais e circunvizinhas através de construção e apetrechamento de várias infra-estruturas de saúde, na capacitação de profissionais de saúde, no apoio aos programas de prevenção e combate à malária e HIV/SIDA, entre outros. Estas acções permitem a garantia, fortalecimento e ampliação de acesso básico ao atendimento médico da comunidade local e circunvizinha, além de auxiliar na prevenção e promoção de cuidados de saúde, contribuindo deste modo para a saúde dos moçambicanos e, conseqüentemente o desenvolvimento do país.

Um exemplo de satisfação citado pelo administrador revela que “*com as clínicas móveis, as comunidades que distam a mais de 30 km de uma unidade sanitária terão acesso aos cuidados*

assistências de saúde muito mais perto”- disse o administrador de Monapo, Salvador Talapa *in* publicação V+, edição 5-Dezembro de 2014.

Na área de assistência social, verifica-se um investimento na construção, reabilitação e ampliação de infra-estruturas, como orfanatos e creches que contribuem para que mais pessoas tenham acesso a esses serviços, permitindo deste modo, condições mais dignas de acomodação e habitabilidade das pessoas contempladas.

Existe uma preocupação da VM em relação ao meio ambiente na tentativa de minimizar os impactos negativos provenientes das suas actividades através de diversas acções, como, protecção, manutenção e promoção da biodiversidade (preservação da fauna, flora e reprodução de espécies de plantas nativas); treino e educação ambiental; gestão de resíduos; produção de mudas e programa de revegetação das áreas mineradas; controlo da qualidade do ar e água; controlo da qualidade da água do mar; monitoria da biodiversidade marinha; implantação do SGA conforme a norma ISO 14001; uso de tecnologias de ponta para antecipar e controlar possíveis emissões atmosféricas de partículas entre outras. Acções como estas fortalecem o compromisso com a preservação do planeta, bem-estar das comunidades locais e da sociedade no geral a curto e longo prazo.

A nível da educação, verificamos um forte investimento na construção, reabilitação, ampliação e apetrechamento das infra-estruturas escolares, na capacitação dos professores e na atribuição de bolsas de estudos a jovens locais que contribuirão para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas elementares, secundárias, técnicas e das condições de habitabilidade, bem como a criação de mais oportunidade para os jovens prosseguirem com os estudos.

A nível de qualificação profissional, a VM desenvolve diversas acções para o público externo, reforçando o seu compromisso na capacitação de mão-de-obra das comunidades onde actua. Estes cursos, estão voltados para diversos públicos, nomeadamente, estudantes de nível básico, médio, técnico e superior, bem como estagiários de nível técnico e superior. Fazem parte da qualificação profissional, programas como formação profissional (PPMT e FJA), estágios e cursos de pós-graduação que permitirão o desenvolvimento de quadros e possibilidade de obter melhores condições de vida e criação de oportunidades de desenvolvimento nas regiões onde a VM actua, através das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e/ou auto-emprego. No que concerne a FJA, para além de aprenderem um novo ofício, os participantes têm a possibilidade de poderem integrar o quadro de empregados após a formação e estágio.

As iniciativas na área de educação e formação, também colaboram para o desenvolvimento educacional das regiões, nomeadamente para a melhoria na qualidade de ensino e aprendizagem, contribuindo deste modo com a educação adequada dos estudantes no futuro, bem como para qualificação de trabalhadores para actuarem nas operações da empresa. Todos os esforços na área estão centrados, fundamentalmente, na capacitação e formação para prestar um contributo válido ao desenvolvimento local e do país, no geral, através de maior oferta de mão-de-obra qualificada o que pressupõe, futuramente, a diminuição dos encargos da contratação externa e ainda o reconhecimento por parte da comunidade, sendo esta empresa posteriormente mais atractiva para o pessoal da comunidade.

Como exemplo do resultado da qualificação profissional nas comunidades, descreve-se a experiência de Jorge Mafego¹⁴, residente em Cateme, tendo passado pelo curso de formação profissional de carpintaria, serralharia e construção civil financiado pela VM e recebido no final da formação *kits* e hoje dedica-se ao fabrico e venda de blocos e tijolos. Este, afirma que “*o negócio ajuda-me bastante e garanto emprego a 3 pessoas e com os rendimentos resultantes deste negócio, compro vestuário e material escolar para meus filhos e num futuro próximo pretendo ao abrigo do programa das finanças rurais da VM comprar uma máquina maior de modo a aumentar a produção*” (Jornal Notícias do dia 11 de Junho de 2015).

Existe uma preocupação da VM no desenvolvimento das relações com as comunidades locais, através de iniciativas como, visitação pública; cinema na comunidade; abertura de rádios comunitárias; linha de atendimento directo de comunicação com a comunidade; biblioteca móvel; palestras nas escolas; campanhas de segurança (rodoviária, ferroviária e marítima) e, existência de centro de atendimento através de agentes comunitários e aplicação do Modelo de “*Issue e Stakeholders*”, que orienta o planeamento de investimentos sociais a longo prazo. Estas acções fortalecem o relacionamento e a comunicação, o que permite a construção de uma relação de confiança e respeito mútuo entre a empresa e a comunidade que são mutuamente vantajosas.

É notória alguma preocupação da VM em qualificar e contratar Pequenas e Médias Empresas (PME’s) locais e como prova existe um programa designado por “INOVE”, cujo objectivo é qualificar empresas e empreendedores locais, a fim de que tenham melhores condições para tornarem-se fornecedores das operações de mineração, ferrovia e porto, contribuindo, dessa

¹⁴ Nome fictício

forma para a promoção das PME's e consequentemente o desenvolvimento local sustentado. Deste modo, tem sido feito investimentos através de financiamentos e créditos.

O investimento nas infra-estruturas públicas, como a electrificação do bairro da Cateme no distrito de Moatize permitirá aumentar a qualidade de vida na localidade, através de, acesso à formação em período pós-laboral, melhores cuidados de saúde e novas oportunidades de negócio, de modo a aumentar o rendimento das famílias.

A construção de infra-estruturas públicas, como mercados locais, nomeadamente, Mercado Rural de M'phassi e Cateme, incentivará o aumento do volume do comércio na região, especialmente os produtos agro-pecuários produzidos e garantirá que o mesmo seja realizado, respeitando as condições de higiene e segurança dos consumidores.

A VM interessa-se na massificação do desporto e na promoção da cultura, através da construção de Centro Desportivo 25 de Setembro, financiamento de cursos de treinadores e árbitros, criação de equipa de futebol, programa de desporto social, patrocínio de festival de cultura, projecto "padawa-padawa". Com este tipo de acções que estimula a prática de desporto nas comunidades, espera-se que o mesmo contribua para melhorar a qualidade de vida das comunidades, bem como na valorização, resgate, conservação do património local e histórico, revitalização, defesa e aproveitamento dos bens culturais, respeito pelos costumes e cultura.

No que se tange às infra-estruturas de transportes públicos, verifica-se desenvolvimento de pequenas soluções de apoio ao transporte público, como a oferta de um autocarro com capacidade de 90 lugares e doação de 200 bicicletas de um conjunto de 750 para as comunidades permitindo a melhoria dos serviços públicos para a população de Moatize.

Apesar da existência das acções da prática de RSE na VM, parece evidente uma maior preocupação nas compensações de iniciativas sociais que se referem a obrigações de que a empresa é responsável pelos seus impactos sociais e ambientais, como é notório que grande parte das acções sociais de RSE da VM estão destinadas às comunidades dos bairros de Cateme e 25 de Setembro, que são locais construídos para o reassentamento das famílias retiradas do local da exploração do carvão mineral. Essas acções devem ser percebidas como parte dos custos obrigatórios de operação dos projectos mineiros e não como acções de desenvolvimento da comunidade no âmbito de RSE da empresa.

No entanto, o simples cumprimento das obrigações legais previamente determinadas pela sociedade, não será considerado como comportamento socialmente responsável, mas como obrigação contratual, também denominada por obrigação social.

5. LIMITAÇÕES, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

5.1 Limitações

Durante a realização deste trabalho, observaram-se várias limitações e constrangimentos resultantes dos seguintes factos:

- Tratar-se de um tema recente e existir pouca informação sobre o mesmo;
- Recusa das empresas em fornecer informações: uma respondeu que estava em mudança de patronato e não estava autorizada a fornecer qualquer tipo de informação, depois de alguns meses de espera e insistência. A outra alegou que não estava em condições de fornecer as informações solicitadas;
- Depois de várias rejeições, a empresa VM aceitou fornecer informações. Porém, durante as entrevistas, em muitos momentos, era necessário consultar-se a direcção máxima para se obter certo tipo de informação. Esta situação fez com que se levasse muitos meses de espera, por falta de disponibilidade dos responsáveis de determinadas áreas fulcrais. Mais tarde, a empresa sugeriu que consultássemos os relatórios e/ou publicações internas, em formato físico e electrónico. Apesar de nos terem facultado os documentos de forma paulatina, encontramos informações suficientes e necessárias para a realização do nosso trabalho;
- Uma vez aceite pela VM, que é uma empresa do sector mineiro, tentamos entrar em contacto com empresas do sector de gás/petróleo, no sentido de obter-se um estudo de casos múltiplos, de modo a realizar-se uma possível comparação entre a empresa do sector mineiro e de gás/petróleo, mas de nada nos valeu o esforço, ficando somente com um estudo de caso simples, neste caso, a VM. Ademais, mesmo na VM, inicialmente tínhamos preparado entrevistas e questionários para alguns funcionários, que infelizmente não foram efectuados porque muitos responsáveis tinham receio em preencher o questionário, daí a opção somente pelas entrevistas;
- A indisponibilidade de informação actualizada e estudos nacionais recentes sobre as questões de RSE, que poderão ter contribuído para uma certa limitação do âmbito do

presente estudo, acabaram por dar origem a uma motivação extra para efectuar uma dissertação sobre um tema com pouca informação disponibilizada;

- A opção metodológica eleita para o desenvolvimento desta investigação, relacionada ao estudo de caso, não foi representativa da população, fazendo com que os resultados não sejam generalizados. No entanto, apesar destes resultados não serem passíveis de generalizações a outros contextos, a sua utilidade e o seu contributo não são, de todo, inválidos.

Assim, Bressan (2000) esclarece que apesar de possuir limitações, o “estudo de caso” tem tido um uso extensivo na pesquisa social, seja nas disciplinas tradicionais como a gestão, seja nas disciplinas que possuem uma forte orientação para a prática, além de ser usado para a elaboração de teses e dissertações nestes campos de conhecimento.

Apesar das restrições identificadas, o presente trabalho contribuirá para um melhor esclarecimento deste tema junto da sociedade e despertará a atenção de outros investigadores, motivando-os a elaborar mais pesquisas e outros estudos sobre a prática de RSE.

5.2 Conclusões finais

Neste item são apresentadas, de forma global e muito sintética, as principais conclusões resultantes da investigação realizada.

Uma empresa só tem a ganhar com a prática de RSE, pois atrai benefícios não só para a empresa como para toda a sociedade, o que faz com que a mesma se instale cada vez mais no mercado, ganhando assim maior confiança, prestígio, imagem e credibilidade por parte da comunidade onde estiver inserida e conseqüentemente para toda a população no geral, o que traduz numa mais-valia para a própria empresa, porque lhe garante a chamada licença social para operar por meio de uma actuação integrada, diálogo e transparência com o público no seu relacionamento.

Em suma, a prática de RSE não é apenas uma opção para as empresas, pois trata-se de uma questão de visão estratégica, e muitas vezes, de sobrevivência, de forma a gerar valor para si própria, mas também para todos aqueles que com ela interagem.

As acções da prática de RSE com foco nas comunidades locais são formas de promoção de desenvolvimento a partir de acções de reforço da sustentabilidade das comunidades, capacitando-as a identificar suas vocações, e aproveitando suas potencialidades por meio de

parcerias, em todas as áreas, de modo a colmatar as suas necessidades básicas ou carências sociais existentes. A estratégia da prática de RSE desenvolvidas pelas empresas, favorecem o desenvolvimento sustentável da comunidade, à medida que as acções contribuem para a geração de empregos, formação educacional, qualificação profissional, criação de infra-estruturas sociais (escolas, centros de saúde, creches, sistemas de abastecimento de água, energia eléctrica etc) e aumento de geração do rendimento, conforme elucidam dados do IPEA (2000).

Para responder à questão de partida, pode-se dizer que existem razões suficientes para afirmar que *“a estratégia da prática de RSE da VM é alternativa que contribui para a melhoria das condições de vida da população das comunidades locais e circunvizinhas onde têm lugar as suas actividades”*, uma vez que as acções adoptadas nesse sentido pela empresa em estudo, estão de certa forma de acordo com as principais necessidades do país, o que ajuda a colmatar as principais deficiências locais.

Através de várias acções e projectos implementados pela VM onde se destacam: reabilitação, ampliação, disponibilização e construção de infra-estruturas básicas de educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, transportes, habitação, serviços de assistência social e desportivas; programas de qualificação profissional; investimentos dos projectos sociais na área de agricultura e pecuária; programas na área do meio ambiente entre outros.

Todas as acções resultantes da prática de RSE desenvolvidas pela VM reveste-se de grande importância ao proporcionar bases suficientes que tendem para a melhoria das condições sócio-económico, presentes e a longo prazo da população das comunidades locais e circunvizinhas onde estão inseridas as actividades da empresa, estando de acordo com a ideia do compromisso da empresa em deixar um legado positivo nos territórios e comunidades onde opera, o que tem vindo a contribuir efectivamente para a melhoria das condições de vida da população e consequentemente a redução da pobreza.

Convém realçar que muitos dos projectos de geração de rendimento baseiam-se numa abordagem de fornecimento de ferramentas necessárias a longo prazo para que as próprias comunidades melhorem a sua capacidade, aumentem o nível de emprego e comercialização, baseada na teoria que a RS procura ensinar a pescar e não se limita somente a dar peixe para a sobrevivência.

Há ganhos resultantes destas práticas sociais para as comunidades, destacando, entre outros, a melhoria do acesso a serviços básicos, como educação, saúde, energia eléctrica, água e

saneamento, bem como os meios de subsistência, com foco na geração de rendimento, promoção e capitalização do empreendedorismo, incremento da produção e produtividade agro-pecuária, que contribuem para melhoria das condições de vida das comunidades locais e, conseqüentemente, o desenvolvimento local, uma vez que promovem aptidões e capacidades que darão um contributo para o crescimento económico e estabilidade socioeconómica nas comunidades onde são implementados.

Como prova de alguns ganhos da prática de RSE implementada pela VM, tem-se alguns testemunhos mencionados no capítulo 4, como o caso de Afonso Minjo, Anita Sicosse, Alfredo João, Natália Gonçalves e Jorge Mafego, que elucidam de forma clara a obtenção dos rendimentos financeiros que os possibilita à resolver pontualmente os seus problemas e conseqüentemente melhorando as suas condições de vida.

Contudo não constitui a única estratégia a prática de RSE, uma vez que elas por si só não conseguem resolver todos os problemas sociais e ambientais, bem como o desenvolvimento regional, mas entende-se que essas acções por parte das empresas através da prática de RSE devem ser vista como complementares à assistência social prestada pelo Governo no processo de melhoria das condições de vida das comunidades e da população de uma forma geral e não substituto do Estado, uma vez que é papel do Estado como provedor fundamental dos serviços básicos às comunidades através de políticas do Governo que promovam o bem-estar. Por um lado, as empresas ao engajarem-se na prática de RSE, fazem-no com objectivos claros e de natureza empresarial relacionados com a manutenção de um ambiente estável para o desenvolvimento do seu negócio, reputação interna e externa.

Apesar de ser função de Estado em fornecer bens públicos aos seus cidadãos, as empresas como parte integrante da sociedade, também devem assumir o papel de agentes comuns, minimizando os impactos negativos que os processos de trabalho possam provocar à sociedade, bem como solucionar alguns dos problemas na mesma sociedade. E a VM como parte dessa mesma sociedade tem dado a sua contribuição nesse sentido por meio do diálogo social e das necessidades do território, através de acções integradas e articuladas com o Governo provincial, distrital e às comunidades locais, do qual, estas expressam as suas necessidades básicas, onde se definem as áreas de actuação. A VM procura uma resposta adequada e possível que ajude a colmatar as principais deficiências apesar das necessidades e problemas dessas mesmas comunidades serem enormes, ou seja, à dimensão das necessidades e problemas do país.

Neste contexto, a VM na sua estratégia, ao adoptar a prática de RSE, torna-se uma empresa que assume o compromisso com a comunidade em Moçambique, ao solucionar os vários problemas sociais dessa mesma comunidade, dando o seu contributo para a redução da pobreza, embora esteja implícito que a grande preocupação da VM, em desenvolver estas acções, seja decorrente dos potenciais danos ambientais e sociais, inerentes à própria actividade produtiva, que a empresa possa causar às comunidades locais e circunvizinhas.

Espera-se que as acções da prática de RSE, implementada pela VM como investidor social e promotor de desenvolvimento, incentivem outras unidades empresariais de grande porte bem como as PME's nacionais.

5.3 Recomendações

Da análise resultante desta pesquisa, com as conclusões anteriormente enunciadas, importa recomendar a empresa estudada e outras entidades, o seguinte:

- Todas as acções de RSE devem ser acompanhadas por uma forte capacitação institucional de órgãos de governação local de modo a dar-se sustentabilidade às acções levadas a cabo pela VM e outras empresas que a praticam, uma vez que é sabido que os Governos locais em Moçambique possuem várias limitações em termos de falta de meios, de recursos humanos, materiais e financeiros, até problemas de articulação entre vários órgãos locais, planos e estratégias existentes, que são essencialmente resultantes da ausência de uma visão e estratégia integrada de descentralização (Adaptado de Forquilha, 2013 e 2007);
- Criação de capacidade da VM em antecipar-se no desenvolvimento de projectos sociais implementados nos locais onde opera, mediante um diálogo com as comunidades destinatárias, como forma de lhes transmitir os valores da empresa, diferentemente do que tem sido feito até então, que muitas vezes é investir em projectos sociais em resposta a pedidos dos beneficiários ou entidades governamentais, ou seja, tomar atitudes proactivas e não somente reactivas;
- Através das suas acções nas diversas comunidades, percebe-se que a VM tem privilegiado as comunidades onde foram reassentadas as famílias retiradas do local onde está a operar a exploração do carvão mineral, sem desvalorizar as acções desenvolvidas noutras comunidades. Assim, exige-se mais acções da prática de RSE, adicionais e voluntárias dadas pela empresa para todas as comunidades locais e para o país no geral;

- A expansão desta prática a outras empresas deste sector, bem como as de outros sectores, reflectindo na necessidade de não só o Estado ter a obrigação de suprir todas as necessidades da população;
- Actualização da página de internet da VM, uma vez que a mesma está há mais de um ano sem a devida actualização e, principalmente, no item dos projectos sociais desenvolvidos;
- Os relatórios de sustentabilidades produzidos sejam mais exaustivos e incorporem de forma clara todas as acções desenvolvidas no âmbito interno e externo bem como os valores gastos/investidos;
- Criação de uma base de dados da VM no sentido de ter-se a percentagem real da mão-de-obra local, que foi qualificada através de PFP e que esteja desempregada para o seu possível acompanhamento.

Para um melhor aproveitamento do tema proposto ou tópicos pertinentes que devem ser tidos em consideração e aprofundados, sugere-se a realização de trabalhos complementares futuros, a nível académico, que abordem sobre:

1. A prática de RSE da VM na sua dimensão interna e muito particularmente na relação com trabalhadores e seus familiares, uma vez que esforços no sentido da materialização de práticas RSE dirigem-se, em primeira instância, aos principais agentes internos da empresa, neste caso, os trabalhadores, que corporizam toda actividade empresarial, e asseguram o relacionamento com o meio exterior por um lado e por outro lado, se a empresa estiver investindo em acções sociais externas sem que a mesma seja acompanhada de acções internas provocam um efeito contrário ao desejado nos trabalhadores, desmotivando-os e conseqüentemente reduzindo a produtividade, pois a empresa não estaria a valorizar quem contribui para o seu desenvolvimento directo, mas apenas com a comunidade;
2. A prática da RSE da VM na sua relação com os fornecedores, parceiros de negócio, consumidores e o poder público;
3. Impactos da prática de RSE da VM nas comunidades locais e circunvizinhas onde estão inseridas as suas actividades através de cruzamento das informações, avaliando deste modo o nível de satisfação dos beneficiários;

4. Como se deve imaginar, o sector privado por só não contribui para a redução da pobreza absoluta, bem como na melhoria das condições de vida da população de uma forma geral e muito menos diminuir as desigualdades sociais. Por isso, há que reforçar-se na máquina governativa através de uma gestão transparente dos recursos minero-energético. Nesse sentido, e aproveitando o trabalho proposto, sugere-se, o seguinte tema: “Impactos nas comunidades locais e circunvizinhas da gestão dos 2.75% das receitas canalizadas ao Governo Provincial, que se destinam ao desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos projectos e, neste caso concreto, os da província de Tete que é o local onde opera a organização estudada nesse trabalho”;
5. Desenvolvimentos de mais estudos a nível de sector privado, no contexto moçambicano, para aferir esta ligação entre a RSE e as comunidades locais como formas de potenciar uma actividade de RSE eficiente, onde estas actividades contribuam para a melhoria das condições de vida da população;
6. Repetição deste estudo e outros, mas com base de natureza quantitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdulahé, Amade (2011). *Impacto da prática da responsabilidade social da sasol nas comunidades em moçambique no período entre 2004 a 2009*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas apresentada no Instituto Superior de Ciências de Trabalho e Empresa do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal.
- Barros, Verónica A. (sd). *Gestão como Responsabilidade Social: Uma abordagem jurídica com base no princípio da função social da propriedade*. Brasil. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/campos/veronica_altef_barros.pdf. Acesso em 2 de Fevereiro de 2014.
- Batruch, Christine (2011). *Does Corporate Social Responsibility Make a Difference? Full Text Available, Global Governance*, Vol. 17 Issue 2, p155-159.
- Biorumo (2005). *A Era da Responsabilidade Social Empresarial. Anuário de Sustentabilidade*. Porto.
- Bressan, Flávio (2000). *O método do estudo de caso*. *Administração online, prática-pesquisa-ensino*, v.5, nº 1, Jan-Fev-Mar, Brasil.
- Cabral, Roberto J. (2009). *Impactos da Responsabilidade Social da Mozal no Desenvolvimento de pequenos negócios*. Trabalho do fim do curso da Licenciatura em Gestão, Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.
- Carvalho, Paula G. (2012). *Estudos Económicos e Financeiros sobre Moçambique*. Banco Português de Investimentos (BPI), Departamento de Estudos Económicos e Financeiros (Junho de 2012), Portugal.
- Carvalho, Paula G.; Coelho, Nuno A. (2012). *Estudos Económicos e Financeiros sobre Moçambique*. Banco Português de Investimentos (BPI), Departamento de Estudos Económicos e Financeiros (Novembro de 2012), Portugal.
- Carroll, Archie B. (1999). *Corporate Social Responsibility: Business and Society*, Vol. 38, Chicago, P.268-295.

- Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Livro Verde: Promover um Quadro Europeu para Responsabilidade Social Empresarial*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/lexUriSer.do?Uri=COM:2001:0366:FIN:PT:PDF>, Acesso em 02 de Julho de 2013.
- Cruz, Lúcia M. M. da S. (2006). *Responsabilidade Social: Visão e intermediação da mídia na redefinição do produto público e do privado*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- D'ambrosio, D. R.; Mello, P. C. P. (1999). *A responsabilidade que dá retorno social*, in *Gazeta Mercantil*, São Paulo - Brasil.
- Duarte, Cristani de O.; Torres, Juliana de Q. R. (2013). *Responsabilidade Social Empresarial: dimensões históricas e conceituais*. Brasil. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/Uniethos/Documents/Responsabilidade%20Social%20Empresarial%20dimens%C3%B5es%20hist%C3%B3ricas%20e%20conceituais.pdf>. Acesso em 20 de Dezembro de 2013.
- Fernandes, Nuno M. A. (2010). *A Responsabilidade Social das Empresas – A dimensão interna: uma ferramenta para a criação de valor*. Dissertação submetida ao Instituto de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, Lisboa-Portugal.
- Ferraz, Ana C. S. (2007). *A Responsabilidade Social Como Estratégia de Desenvolvimento*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília, como exigência para obtenção do grau de Mestre em Direito, Brasil.
- Ferreira, Roberto N. *et al.* (2006). *Responsabilidade Social nos negócios: Um estudo das práticas do Município de São João Del-REI*. Seminário, UFSJ, Brasil. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A101.pdf. Acesso em 20 de Novembro de 2013.

- Figueredo, Andrea C. F. (2012). *A Responsabilidade Social no Sector Petrolífero: O caso da BP e da Chevron*. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências Empresariais, Porto-Portugal.
- Fontes, Andreia C. M. (2011). *Responsabilidade Social das empresas: Realidade ou utopia*. Dissertação do mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo de Auditoria, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, Aveiro-Portugal.
- Forquilha, S. (2007). *Remendo Novo em Pano Velho: O Impacto das Reformas de Descentralização no Processo de Governação Local*. Comunicação apresentada na Conferência Inaugural do IESE “Desafios para a investigação social e económica em Moçambique”. 19 de Setembro de 2007, Maputo.
- Forquilha, S. (2013). “*Não Basta Introduzir Reformas para se Ter Melhores Serviços Públicos: Subsídio para uma Análise dos Resultados das Reformas no Subsector de Água Rural em Moçambique*”. In L. De Brito et al. (orgs.) *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE.
- Galan, Jose I. (Nov 2006). *Corporate Social Responsibility and Strategic Management*. Full Text Available, *Journal of Management Studies*, p1629-1641. 13p. DOI: 10.1111/j.1467-6486.2006.00655.x.
- Grzybowski, Cândido (2006). *Balanço Social: Um convite a transparência das empresas*. São Paulo, Brasil.
- Gomes, Danise S. R. (2003). *A Responsabilidade social como estratégia de gestão empresarial: Um estudo de caso CST*. Dissertação de mestrado em Administração, Universidade Federal Espírito Santo, Vitória-Brasil.
- Goya, Sílvia C. (2007). *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: Estratégias de competitividade em resorts, estudo de caso das Cataratas Eco Resort em Foz do*

Iguaçu/PR. Dissertação de mestrado em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Campus de Balneária-Camboriu, Brasil.

IPEA-Instituto de Pesquisas Económicas e Aplicadas (2000). **Pesquisa Ação Social das Empresas**, Brasil. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 20 de Junho de 2014. Acesso em 10 de Julho de 2015.

Kanji, Gopal K.; Chopra, Parvesh K. (Feb 2010). *Corporate social responsibility in a global economy*. Full Text Available, *Total Quality Management & Business Excellence*, Vol. 21 Issue 2, p119-143. 25 p. 3 Diagrams, 13 Charts, 1 Grap. DOI: 10.1080/14783360903549808.

Kono, Fábio J. C. (2006). *Responsabilidade Social Corporativa: Motivações e Benefícios do comportamento socialmente Responsável no Sector Bancário*. Dissertação de mestrado em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Brasil.

Lopes, Ana C. M. F. C. (2004). *A SA 8000 e a Responsabilidade Social das empresas: A emergência de um novo paradigma?* Dissertação de mestrado em Cooperação e Desenvolvimento Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL), Lisboa-Portugal.

Ludke, Menga; André, Marli Elisa Dalmazo Afonso de (2013). **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., Brasil.

Marchã, Ana R. S. (2007). *A responsabilidade Social das empresas nos países em vias de desenvolvimento: gerir, desenvolver e capacitar*. Dissertação de mestrado em Cooperação e Desenvolvimento Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL), Lisboa-Portugal.

- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1990). *Oficina de criatividade científica: Manual do caçador* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marques, Paula A. M. S. (2012). *Responsabilidade Social das empresas e os Consumidores: A articulação necessária*. Dissertação de mestrado em Marketing, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL), Lisboa-Portugal.
- Mattar, Fauze N. (1997). *Pesquisa em Marketing: Metodologia, Planeamento*. 4. ed. Atlas, São Paulo, Brasil.
- McGlone, Teresa; Spain, Judite W.; McGlone, Verenon (2012). *Corporate Social Responsibility and the Millennials*. Full Text Available, *Journal of Education for Business*, Vol. 86, Issue 4, p.195-200.6p. 4 charts. DOI:1080/08832323.2010.502912.
- Meyskens, Moriah; Carsrud, Alan B.; Cardoso, Richard N. (2010). *The symbiosis of entities in the social engagement network: The role of social ventures*. Full Text Available, *Journal of Entrepreneurship & Regional Development*, Vol. 22 Issue 5, p425-255. 31p. 1 Diagram, 2 Charts, 1 Graph. DOI 10.1080/08985620903168299.
- Minayo, Maria C. de S. (1993). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa*. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, Brasil.
- Moçambique, Vale (2015). Publicação V+, nº 6, Maputo-Moçambique.
-(Dezembro 2014). Publicação V+, nº 5, Maputo-Moçambique
-(Junho 2014). Publicação V+, nº 4, Maputo-Moçambique.
-(Janeiro 2014). Publicação V+, nº 3, Maputo-Moçambique.
-(Outubro 2013). Publicação V+, nº 2, Maputo-Moçambique.
-(Julho 2013). Publicação V+, nº 3, Maputo-Moçambique.
-(2013). Relatório de Sustentabilidade, Maputo-Moçambique.

-(2007). Relatórios dos Projectos Sociais, Maputo-Moçambique.
-(Julho 2015). Boletim Informativo, Projecto Corredor Nacala, Ano: III, nº 12, Moçambique.
-(Junho 2015). Boletim Informativo, Projecto Corredor Nacala, Ano: III, nº 11, Moçambique.
-(Abril 2015). Boletim Informativo, Projecto Corredor Nacala, Ano: III, nº 10, Moçambique.
-(Março 2015). Boletim Informativo, Projecto Corredor Nacala, Ano: III, nº 9, Moçambique.
-(Fevereiro 2015). Boletim Informativo, Projecto Corredor Nacala, Ano: III, nº 8, Moçambique.
-(Janeiro 2015). Boletim Informativo, Projecto Corredor Nacala, Ano: III, nº 7, Moçambique.
-(Agosto 2014). Boletim Informativo, Projecto Corredor Nacala, Ano: III, nº 5, Moçambique.
- S.A., Vale (2012). Relatório de sustentabilidade de 2012, Brasil.
- S.A., Vale (2011). Relatório de sustentabilidade de 2011, Brasil.
- S.A., Vale (2014). Relatório de Sustentabilidade de 2014, Brasil.
- Mogele, Bastian; Troop, Joerg (2010). *The emergence of CSR as na advertising topic: A longitudinal study of German CSR advertisements. Journal of Marketing Communications*, Vol. 16 Issue 3, 163-181.
- Neto, Francisco de M.; Froes, César (1999). *Responsabilidade Social e cidadania Empresarial: a administração do terceiro sector*. Qualitymark Ed., Rio de Janeiro, Brasil.

- Nogueira, Susana M. S. (2011). *A Responsabilidade social na estratégia de marketing e comunicação das organizações: O caso da Unicer*. Dissertação de mestrado em Ciências de Comunicação, área de especialização em Publicidade e Relações Públicas, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Minho, Portugal.
- Oliveira, Elisa A. (2012). *Responsabilidade Social Empresarial: Como estratégia de Marketing ou Sustentabilidade*. Dissertação de Mestrado em Gestão estratégica industrial, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa-Portugal.
- Oliveira, Filipe N. (2010). *Responsabilidade Social Empresaria - Um estudo às práticas das 100 maiores empresas em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Relações Públicas da Universidade Fernando Pessoa, Porto-Portugal.
- Oliveira, L. J.; Schwetner, I. M. G. (2007). *Breve análise das práticas de responsabilidade social empresarial e a concessão de incentivos governamentais*. Brasil. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9864>. Acesso em 29 de Agosto de 2013.
- Omazic, Mislav A.; Vlahov, Rebeka D. (Jun 2011). *CSR index as strategic management tool in Croatia- Phase One & Two*. *International Journal of Management Cases*. Vol.13 Issue 2.
- Pereira, A. e Poupa, C. (2004). *Como escrever uma tese. Monografia ou livro científico usando o word (3ª ed.)*. Edições silabo, Lisboa, Portugal.
- Punnet, Sood; Ashish, Nag (2012). *Social Responsibility and ISO 26000 Standards: a new beginning*. *Journal of Advances in Management (Jun2012)*, Vol. 5 Issue 6, p7-13. 7p.
- Quintal, José A. P. (2009). *“Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social no sector dos transportes públicos, proposta de Intervenção: Grupo Transtejo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL), Lisboa-Portugal.
- Ramesh, G. Vikalpa (2010). *Mainstreaming an Unorganized Industry: The Case of Suguna Poultry*. *Journal of Decision Maker (Apr-Jun 2010)*, Vol. 35 Issue 2, p35-47. 13p. 2 Diagrams, 1 Chart.

- Schwartz, Mark S., Saiia, David (2012). *Should Firms Go 'Beyond Profits'? Milton Friedman versus Broad CSR*. *Business & Society Review* (00453609). Spring 2012, Vol. 117 Issue 1, p1-31p. DOI: 10.1111/j.1467-8594.2011.00397.x.
- Schwartz, Mark S.; Carrol, Archie B. (2003). *Corporate Social Responsibility: A three-domain approach*. *Journal of Business Ethics Quarterly*, Vol. 13 Issue 4, p503-530. 28 p;
- Selemane, Tomás (2009). *Alguns desafios na Indústria extrativa em Moçambique*. Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP), Maputo-Moçambique.
- Selemane, Tomás (2011). *EL DORADO TETE: Os Megaprojectos de Mineração*. Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP), Maputo-Moçambique.
- Silva, Pedro G. (2011). *A independência e a Responsabilidade Social no âmbito das grandes sociedades anónimas*. Dissertação de Mestrado em Direito apresentada na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa-Portugal.
- Tinoco, João E. P. (2004). *Balanço Social: Uma abordagem de transparência e responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, Brasil.
- Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Serviço de Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Umarji, Mariam B.; Makda, Sadaya Y.; Machel, Edson R.; Lalá, Aly (2010). *Impacto da iniciativa de transparência das industriais Extrativas (ITIE) na receita do Estado em Moçambique*. Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP), Maputo-Moçambique.
- Valente, Mike; Crane, Andrew (2010). *Public Responsibility and Private Enterprise in Developing Countries*. Full Text Available. *California Management Review*. Spring 2010, Vol. 52 Issue, p52-78. 27p. 2 Charts.
- Vergara, Sylvia C. (1997). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. Atlas, São Paulo, Brasil.

Yin, Robert K. (1989). *Case Study Research: Design and Methods*. Newbury Park: Sage Publications Inc., USA.

Artigos de Jornais e outras fontes

Jornal Macauhub, (2012/12/03). *Economia de Moçambique aproxima-se das taxas de crescimento da China*. Disponível em: <http://www.mcauhub.com.mo/pt/2012/12/03/economia-de-mocambique-aproxima-se-das-taxas-de-crescimento-da-china/>. Moçambique. Acesso em 3 de Dezembro de 2013.

Jornal Macauhub, (2016/12/03). *Moçambique lidera as previsões de crescimento económico nos PALOP's*. Disponível em: <http://www.mcauhub.com.mo/pt/2016/04/14/mocambique-lidera-previsoes-de-crescimento-economico-nos-palop/>. Moçambique. Acesso em 8 de Dezembro de 2016.

Jornal o país (2013/09/23). *Todas as empresas devem ser socialmente responsáveis*. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/5953-todas-as-empresas-devem-ser-socialmente-responsaveis.html>, Moçambique. Acesso em 12 de Novembro de 2013.

Jornal o país (2013/04/17). *Grande parte da população continua a viver na pobreza*. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/24983-grande-parte-da-populacao-continua-a-viver-na-pobreza.html>, Moçambique, acesso em 23 de Setembro de 2013.

Jornal digital correio da manhã, diário eletrónico do dia 01.04.2013.

Jornal digital Sugestão, diário eletrónico de 2ª feira, dia 21 de Abril de 2014.

Jornal Magazine independente, Ano VIII, nº 413, de 24 de Maio de 2015.

Jornal Notícias, do dia 13 de Novembro de 2014.

Jornal Notícias de quarta-feira, dia 04 de Fevereiro de 2015.

Jornal Notícias de terça-feira, dia 19 de Maio de 2015.

Jornal Notícias de terça-feira, dia 24 de Março de 2015.

Jornal Notícias de quinta-feira, dia 11 de Junho de 2015.

Jornal Notícias (2013/03/12). *Conferência discute gás natural em Maputo*. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1620052>. Moçambique, Acesso em 08 de Fevereiro de 2014.

Jornal Deutsche Welle (2013/02/16). *Angola e Moçambique no top 10 do crescimento económico*. Disponível em: <http://www.dw.de/angola-e-mo%C3%A7ambique-no-top-10-do-crescimento-econ%C3%B3mico/a-17646763>, Acesso em 4 de Fevereiro de 2015.

Jornal Deutsche Welle (2013/02/16). *Gás natural traz nova dinâmica a Cabo Delgado*. Disponível em: <http://www.dw.de/g%C3%A1s-natural-traz-nova-din%C3%A2mica-a-cabo-delgado/a-16529579>, Acesso em 4 de Julho de 2013.

Jornal Deutsche Welle (2012/04/24). *Riqueza em recursos naturais provoca chuva de investimentos estrangeiros em Moçambique*. Disponível em: <http://www.dw.de/riqueza-em-recursos-naturais-provoca-chuva-de-investimentos-estrangeiros-em-mo%C3%A7ambique/a-15907896>, acesso em 05 de Agosto de 2013.

Revista Forbes, disponível em: <http://www.forbes.com>; <http://www.forbes.com/sites/scottdecarlo/2012/04/18/the-worlds-biggest-companies/>, acesso em 05 de Outubro de 2013.

Fundo Mundial para a Natureza (WWF) Moçambique (sd). Projecto “Envolvimento da Sociedade Civil na discussão e debate associado ao desenvolvimento do estudo do MIREM sobre Responsabilidade Social Corporativa em Moçambique”. Maputo, Moçambique. Disponível em: www.wwf.org.mz
http://www.google.co.mz/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fawsassets.wwfmz.panda.org%2Fdownloads%2Fjd___policy_and_governance_programme_officer_for_mco_final_1.pdf&ei=Mt8TVbajGYfjuQTtII CgAw&usg=AFQjCNHTaXmz-0q9LTnNFS_vzMJpa8ZKZg&bvm=bv.89217033,d.c2E

Sites

www.vale.com

www.sapo.mz

ANEXOS

Anexo i: Guião de entrevistas

NOTA INTRODUTÓRIA¹⁵.

O guião da entrevista que nos propomos realizar tem como objectivo de analisar a estratégia da prática de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da VM, através das suas acções que de alguma forma possam contribuir para a melhoria das condições de vida das populações das comunidades locais e circunvizinhas onde estão inseridas. A ideia subjacente é tentarmos aprender algo que esteja sendo feito pela VM nessa matéria e que possam contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades.

O mesmo destina-se a um estudo no âmbito da elaboração da dissertação do Mestrado em Gestão no Instituto Superior de Gestão de Lisboa-Portugal, cujo tema é: “**A Prática de Responsabilidade Social Empresarial como estratégia no sector minero-energético Moçambicano com foco nas comunidades locais e circunvizinhas.**”

Os resultados da aplicação desta entrevista não o classificam e são totalmente confidenciais e anónimos utilizados somente no âmbito deste trabalho.

Agradecemos desde já a vossa colaboração.

1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

1.1 Qual é o tipo de Empresa?

1.2 Qual é a dimensão da Empresa?

1.3 Locais onde opera (Continentes)?

1.4 Áreas de atuação ou de exploração?

1.5 Historial no Mundo e muito particularmente em Moçambique: Desde quando está presente em Moçambique?

¹⁵ Guião de entrevista destinado a Vale Moçambique

- 1.5.1 Como e porquê?
- 1.5.2 Áreas de actuação em Moçambique?
- 1.5.3 Locais onde opera em Moçambique?
- 1.5.4 Quando foi o início das operações?
- 1.5.5 Valores investidos na operação?
- 1.5.6 Importância do produto?
- 1.5.7 Como é realizado?
- 1.5.8 Usa tecnologia?
- 1.5.9 Capacidade de Produção?
- 1.5.10 Logística?
- 1.5.11 Quem são os clientes?
- 1.5.12 Estrutura accionista?
- 1.5.13 Mão-de-obra moçambicana empregada?
- 1.5.14 Contributo para a economia nacional?
- 1.6 Missão, Visão e Valores?

2. DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA EMPRESA E RSE

2.1 Política da empresa

- a) Em que se baseia? Quais são as linhas estratégicas?
- b) Existe uma política de RSE? Em que consiste a sua estratégia?
- c) Código de ética e conduta? No que se refere às relações de transparência, que tipo de actividades a empresa desenvolve? Relatórios de sustentabilidade ou seja a empresa divulga os resultados das suas ações sociais?

d) Como são realizadas as acções sociais? Existe um departamento próprio que trata destes assuntos? Planos de materialização das acções ou seja como são materializados? A prática de RSE está inserida na estratégia da empresa?

e) Quais são os instrumentos utilizados pela empresa no que concerne a prática de RSE?

f) Quais são as camadas beneficiárias das acções resultantes da prática de RSE?

2.2 Prática de RSE com foco nas comunidades locais e circunvizinhas

2.2.1 Como têm sido realizadas estas acções resultantes desta prática de RSE como foco nessas comunidades ou na sociedade no geral?

2.2.2 Quais são as áreas prioritárias de actuação? Como tem sido escolhido ou determinado essas áreas?

2.2.3. Para cada área de actuação mencionada em **2.2.2** indique as principais actividades desenvolvidas (principais realizações) nos últimos anos (de 2007-2014)?

Muito obrigado pela sua participação. Gostaria de receber uma cópia deste trabalho depois de concluído? Caso responda que “sim”, indique o e-mail para o envio:

Se considerar que há uma informação importante sobre o assunto que não foi abordada nesta entrevista ou pretende comentar alguma questão que lhe foram colocadas, agradecemos desde já a sua colaboração.

NB: Caso, disponham de algum documento ou relatórios dos projectos sociais/sustentabilidade/responsabilidade social realizados pela empresa nos últimos anos, agradecia que facultassem-nos.

Nosso e-mail: jesusmahotas06@gmail.com